

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

Samara Luíza Amâncio Braga

Arquitetura vernácula:

Registro e análise do uso do adobe em Lapinha da serra, Santana do riacho, Minas
gerais.

Belo Horizonte

2018

Samara Luíza Amâncio Braga

Arquitetura vernácula:

Registro e análise do uso do adobe em Lapinha da serra, Santana do riacho, Minas Gerais.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Tecnologia do ambiente construído.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Penido de Rezende

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Arquitetura da UFMG
Belo Horizonte
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

B813a Braga, Samara Luíza Amâncio.
Arquitetura vernácula [manuscrito] : registro e análise do uso do adobe em Lapinha da Serra, Santana do Riacho, Minas Gerais / Samara Luíza Amâncio Braga. - 2018.
111 f. : il.

Orientador: Marco Antônio Penido de Rezende.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Construção de adobe - Teses. 2. Arquitetura vernacular - Teses. 3. Arquitetura de terra - Teses. 4. Patrimônio cultural - Proteção - Teses. 5. Lapinha da Serra (MG) - Teses. I. Rezende, Marco Antônio Penido de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título. CDD 693.22

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA SAMARA LUÍZA AMÂNCIO BRAGA nº de matrícula 2016676560 DO CURSO DE MESTRADO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às dez horas e trinta minutos na sala 200 da Escola de Arquitetura, situada à Rua Paraíba, número seiscentos e noventa e sete, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "Preservação do patrimônio cultural: Estudo de caso da técnica vernácula em adobe no distrito de Lapinha da Serra, Santana do Riacho, Minas Gerais." requisito final para a obtenção do grau de Mestre, na área de concentração "Bens Culturais, Tecnologia e Território". Abrindo a sessão, o orientador professor doutor Marco Antônio Penido de Rezende após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para a aluna iniciar a apresentação do seu trabalho. Seguiu-se argüição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após a comissão reuniu-se, sem a presença da mestranda e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

() Aprovação

() Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata, no prazo de 30 dias VER ANEXO

() Reprovação

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Frederico de Paula Tofani (EAUFMG)

Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin (UFOP/EAUFMG)

Ciente:




Samara Luíza Amâncio Braga

Atesto que as alterações exigidas serão cumpridas.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2018

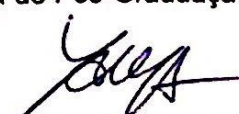
Orientador:



Prof. Dr. Marco Antônio Penido de Rezende (EAUFMG)

Homologado pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação do curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável em

Coordenador:



Profa. Dra. Yacy Ara Froner Gonçalves "ad referendum"

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, à Ele toda glória. Agradeço ao meu marido e companheiro de vida Matheus, que está sempre ao meu lado me apoiando e acreditando nos nossos sonhos, tornando a caminhada da vida muito mais leve. Agradeço à Prof.^a Dr.^a. Heloísa Santos, minha mãe que me incentivou desde o primeiro momento, meu exemplo de garra e dedicação. Também agradeço à todos os meus familiares, por serem a base de tudo.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marco Antônio Rezende, por me apresentar Lapinha da Serra e por acreditar na minha pesquisa. Obrigada por todas as orientações, as viagens e as atividades em campo que realizamos durante o curso, foram experiências muito enriquecedoras.

Agradeço aos Professores, Prof. Dr. Frederico Tofani e Prof. Dr. Leandro Brusadin, por participarem diretamente na construção e compreensão da dissertação, pela sinergia e envolvimento na pesquisa, pelas conversas e apoio nesse processo. Também agradeço à Prof.^a Dr.^a. Márcia França, pela participação e carinho.

Agradeço à Lapinha da serra e seus moradores, por me receberem sempre com cordialidade. Apesar das dificuldades e incertezas nesses dois anos, cada visita era o combustível que eu precisava para ter a certeza que estava no caminho certo. Tenho muita gratidão por construir boas lembrança em Lapinha, estará sempre em minha memória.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal registrar e analisar a presença da técnica vernácula em adobe em Lapinha da Serra, Santana do Riacho. Apesar do desconhecimento e receio existente na sociedade quanto à utilização do adobe na construção, essa técnica tem grande valor agregado no quesito cultural, social, econômico e ambiental. A metodologia científica utilizada nesta pesquisa é baseada no trabalho de Carter e Cromley (2005), que parte da análise das edificações para posterior compreensão de todo o conjunto. Ao analisar o contexto em que Lapinha da Serra está inserida, percebe-se que existe um crescimento significativo do vilarejo devido ao turismo, ratificando a importância e a necessidade de conservação do patrimônio cultural local. Especificamente, foram realizadas coleta de dados e levantamento das edificações para análise paramétrica comparativa, com apresentação de mapas, visando afirmar a importância estilística e epistemológica da arquitetura vernácula. Observa-se a grande importância do registro e levantamento das edificações do distrito de Lapinha da Serra, além da disponibilidade do registro das técnicas dos mestres artífices que lá trabalharam. Esse resultado é importante para resguardar o cenário atual da técnica do adobe, caso algum dia venha desaparecer no distrito. Espera-se que os resultados deste trabalho possam despertar o posicionamento de políticas públicas que levarão em conta a visão acadêmica, possibilitando traçar estratégias que garantam a preservação do patrimônio cultural, sua valorização e seu incentivo à continuidade da técnica em adobe pela comunidade local.

Palavras-chave: Adobe. Arquitetura vernácula. Arquitetura de terra. Lapinha da Serra. Paisagem cultural.

ABSTRACT

The main objective of the present study is to record and analyze the presence of the vernacular technique in adobe in Lapinha da Serra, Santana do Riacho – MG, Brazil. Despite the lack of knowledge and fear in society regarding the use of adobe in construction, this technique has added great value in resolving cultural, social, economic and environmental issues. The scientific methodology used in this research is based on the work of Carter and Cromley (2005), which starts from the analysis of buildings for later understanding of the whole set. When analyzing the context where Lapinha da Serra is inserted, it is noticed that there is a significant growth of the village due to the tourism, ratifying the importance and the need for conservation of the local cultural patrimony. Specifically, it has carried out data collection and survey of buildings for comparative parametric analysis, with presentation of maps, aiming to affirm the stylistic and epistemological importance of the vernacular architecture. Note not only the availability of the record of the techniques of the master craftsmen who worked there but also the great importance of the registration and survey of the buildings in the district of Lapinha da Serra. This result is important to safeguard the current scenario of the adobe technique, should it ever disappear in the district. It is anticipated that the results of this work could awaken the positioning of public policies that will take into account the academic vision thus making it possible to draw up strategies that guarantee the preservation of cultural heritage, its valorization, and its incentive to the continuity of the technique in adobe by the local community.

Keywords: Adobe. Vernacular architecture. Earth architecture. Lapinha da Serra. Cultural landscape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem satélite do município de Santana do Riacho.	26
Figura 2 – Mapa de Minas Gerais com os limites da cidade de Belo Horizonte e o município de Santana do Riacho. Distância de 110 km até Belo Horizonte.	27
Figura 3 – Foto de satélite do vilarejo de Lapinha da Serra, Santana do Riacho.	28
Figura 4 – Limites do Parque Nacional da Serra do Cipó (traço ocre) e APA Morro da Pedreira (traço preto); limites dos municípios e dos principais rios da região.	30
Figura 5 – Modelo digital tridimensional da bacia do Riachinho.	31
Figura 6 – Vista da barragem da Usina, com parte de Lapinha da Serra à direita. ...	31
Figura 7 – Vista da represa da UCAT e da Lagoa da Lapinha, com o povoado na sua margem direita. Observa-se também o vale do Mata Capim à esquerda.	32
Figura 8 – Caminho de Lapinha da Serra.	34
Figura 9 – Entrada de Santana do Riacho e estrada que liga Santana do Riacho à Lapinha da Serra.	35
Figura 10 – Entrada de Lapinha da Serra.	36
Figura 11 – Caiaques para aluguel em Lapinha da Serra.	37
Figura 12 – Monte de terra utilizado para amassamento da terra com os pés, em Lapinha da Serra – MG.	45
Figura 13 – Produção do bloco de adobe com preparação diretamente no colo em forma metálica individual. Lapinha da Serra – MG.	46
Figura 14 – Uniformização da superfície do bloco com as mãos. Lapinha da Serra – MG.	46
Figura 15 – Momento de secagem do adobe, com adobe seco e empilhado pronto para uso. Lapinha da Serra – MG.	47
Figura 16 – Casa recente construída em adobe aparente.	50
Figura 17 – Casa construída em adobe aparente.	51
Figura 18 – Casa em adobe construída no século XIX.	52
Figura 19 – Casa em alvenaria com o muro frontal imitando adobe.	53
Figura 20 – Casa em alvenaria e adobe revestidos, porém nas paredes internas o adobe é aparente.	54
Figura 21 – Casa revestida em cor terrosa e apenas a mureta em adobe aparente.	55
Figura 22 – Casa em adobe construída no século XVIII.	56
Figura 23 – Casa em adobe construída no século XIX.	57

Figura 24 – Imitação de um muro de adobe feito com alvenaria e cimento.	59
Figura 25 – Primeira capela.	63
Figura 26 – Capela do século XVIII.....	64
Figura 27 – Capela do século XVIII à esquerda e capela em alvenaria à direita.	65
Figura 28 – Forma de metal para produção de adobe em Lapinha da Serra.....	66
Figura 29 – Casa em construção em alvenaria estrutural. Lapinha da Serra.....	68
Figura 30 – Casa em alvenaria estrutural, pintada em tons terrosos, com detalhes construtivos em adobe. Camping das bromélias, Lapinha da Serra.	68
Figura 31 – Assentamento dos tijolos de adobe e cimento com argamassa e tijolos de adobe com cimento prontos para uso, Lapinha da Serra.....	69
Figura 32 – Casa construída com tijolos de adobe e cimento, Lapinha da Serra.....	69
Figura 33 – Trilha para chegada em lago da represa em Lapinha da Serra – MG....	70
Figura 34 – Casa em adobe do século XVIII, Lapinha da Serra – MG.....	71

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa do vilarejo de Lapinha da Serra.....	49
Mapa 2 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	50
Mapa 3 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	51
Mapa 4 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	52
Mapa 5 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	53
Mapa 6 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	54
Mapa 7 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	55
Mapa 8 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	56
Mapa 9 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	57
Mapa 10 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	58
Mapa 11 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.	60
Gráfico 2 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.	61
Gráfico 3 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.	61

LISTA DE ABREVIATURAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BH – Belo Horizonte

CODEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente

EA – Educação Ambiental

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MG – Minas Gerais

NE – Nordeste

NNW – Noroeste

NW – Noroeste

PARNA – Parque Nacional

SE – Sudeste

SW – Sudoeste

UCAT – Usina Coronel Américo Teixeira

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa da pesquisa e do objeto de estudo	12
1.2 Um bem do patrimônio cultural	14
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo geral.....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARQUITETURA VERNÁCULA.....	19
2.1 Fundamentos teóricos da arquitetura e tecnologia vernáculas no mundo ...	19
2.2 Fundamentos teóricos da arquitetura e tecnologia vernácula no Brasil	23
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DE LAPINHA DA SERRA	26
3.1 Caracterização geográfica	29
3.2 Caracterização histórica.....	33
3.3 Estrutura Urbana.....	34
3.4 Caracterização socioeconômica	37
4. METODOLOGIA.....	40
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES (MAPEAMENTO)	43
5.1 A produção de adobe em Lapinha da Serra.....	43
5.2 Levantamento das construções de Lapinha da Serra	48
5.3 Resultados do levantamento de campo	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75
APÊNDICE.....	78
ANEXOS	79

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em desenvolver um estudo para investigar a presença da técnica vernácula em adobe nas construções em Lapinha da Serra. Esse pequeno distrito está localizado no município de Santana do Riacho, no estado de Minas Gerais, na região da Serra do Cipó. Possui média de 400 habitantes e clima tropical mesotérmico brando semiúmido (IBGE, 2017).

A utilização das técnicas vernáculas tem reduzido nas últimas décadas devido à facilidade de acesso a materiais que tornam o processo construtivo mais rápido, como o bloco cerâmico e o bloco de concreto, apesar do processo de fabricação do adobe ser menos agressivo ao meio ambiente. (VALE, 2010).

Atualmente, a técnica em adobe em Lapinha da Serra ainda é bastante viva, afirmando a transmissão dos saberes por meio das gerações. A maioria dos moradores domina o modo do saber fazer, mesmo quando não se utiliza desse ofício para sustento. Porém, alguns produtores que herdaram essa profissão de seus antepassados ainda a exercem como principal fonte de renda. Apesar da existência de muitas construções com outras técnicas construtivas, ressalta-se que, no decorrer do tempo, em Lapinha, não houve interrupção da técnica com a chegada de novos materiais construtivos.

As teorias da arquitetura vernácula no Brasil e no exterior serão utilizadas como embasamento teórico para compreensão da atual situação da paisagem urbana de Lapinha da Serra. Diante disso, a contribuição desta pesquisa é registrar a técnica por meio da análise das construções existentes e da descrição do modo de construir, a fim de preservar os saberes e o patrimônio material e imaterial de Lapinha da Serra.

1.1 Justificativa da pesquisa e do objeto de estudo

Existem poucos registros históricos e arquitetônicos encontrados até a data vigente. Logo, considera-se este estudo uma contribuição importante para análise da preservação da técnica construtiva do adobe em Lapinha da Serra, sob o ponto de vista da teoria da arquitetura e tecnologia vernáculas.

Na pesquisa de campo, é necessário o uso da interdisciplinaridade, somando os conhecimentos das áreas de antropologia, história e tecnologia. A interface entre elas contribui para a compreensão da história da arquitetura vernácula – evolução,

apropriação e uso do adobe em Minas Gerais – e preservação do patrimônio, além da metodologia de pesquisa na área, no sentido de uma abordagem mais ampla do objeto, incluindo seus aspectos tecnológicos e sociais.

Lapinha da Serra se mantém com pouca infraestrutura para receber um número grande de turistas, porém, é fácil observar o impacto da expansão imobiliária e da exploração turística das últimas décadas, podendo ser evidenciado pelo número de edificações em construção. Assim, já se pode verificar o crescimento desordenado de casas e pousadas, sem manter a tradição local da construção em adobe. Para Castriota (2012, p. 18),

Ao se tratar dessas técnicas tradicionais não podemos perder de vista que, num mundo em rápido processo de globalização e homogeneização cultural, elas se encontram crescentemente ameaçadas por um processo de rápido desaparecimento. Se esta vai ser a tendência dominante, pode ser detectada, no entanto, uma contra-tendência no que diz respeito às técnicas tradicionais: o reconhecimento da necessidade de se preservar o patrimônio edificado bem como a crescente preocupação ecológica têm levado à sua revalorização. Assim é que, aos poucos, tem-se desenvolvido todo um trabalho de pesquisa e recuperação da memória, através de várias estratégias, desde investigações em laboratórios até consultas aos velhos mestres.

Assim, é possível identificar em Lapinha da Serra a perda da utilização da técnica vernácula em adobe, diante do crescimento urbano, da facilidade de inserção de novos materiais e da exploração turística no vilarejo.

Como afirma Ballart (1997, p. 43), “não há identidade sem memória, aqueles que perdem suas origens perdem sua identidade também”. Por isso, a técnica do adobe pode ser perdida se não houver uma conscientização de sua importância cultural pela população local, preservando-a como um bem cultural de natureza imaterial.

As primeiras casas em Lapinha da Serra eram construções muito simples. Devido à falta de recursos, a técnica mais acessível era a construção de terra. Contudo, mais tarde, com o acesso a novos materiais, segundo Gontijo (2003), principalmente a partir de 1999, quando a estrada que liga Santana do Riacho foi aberta, diversas casas em adobe e pau a pique foram demolidas para dar lugar a materiais que os moradores acreditavam ser mais resistentes e modernos.

A desvalorização da terra como material construtivo não é privilégio somente do Brasil. De acordo com Teixeira (2005) e segundo dados da Associação Brasileira dos Construtores de Terra, a problemática iniciou-se há pouco mais de três séculos, quando a terra crua foi substituída pelo tijolo cozido, em seguida, industrializado.

Motivados pela sociedade industrial, a princípio abundante em energia, o tijolo cozido e o cimento começaram a ser utilizados em larga escala, e, desde então, a casa de terra crua passou a significar habitação característica dos menos favorecidos. Com isso, a paisagem começa a se modificar, perdendo-se parte das características das primeiras edificações. Acredita-se que o registro das construções e da técnica é primordial para a preservação da história em Lapinha da Serra.

1.2 Um bem do patrimônio cultural

A palavra patrimônio exerce vários usos e significados. De acordo com Brusadin (2015, p. 44):

O mais comum é o conjunto de bens que uma pessoa ou entidade possuem, mas que, transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que está dentro de seus limites de competência administrativa. Em outro sentido, o patrimônio pode ser classificado por duas grandes divisões: natureza e cultura. Patrimônio natural seriam as riquezas que estão no solo e subsolo, tanto as florestas como as jazidas. Quanto ao patrimônio cultural, esse conceito vem sendo ampliado na medida em que se revisa o conceito de cultura, o que acaba inviabilizando essa divisão segmentada entre natureza e cultura.

O patrimônio cultural, tanto de natureza material quanto de natureza imaterial, nos apresenta uma diversidade de processos que descreve um conjunto de práticas culturais em diferentes dimensões. Ainda de acordo com Brusadin (2015, p. 43), “O significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos”, formando um leque de conhecimentos que se transferem de geração em geração a partir dos hábitos de vida de diversas culturas e particularidades territoriais brasileiras. De acordo com Castriota (2012, p. 13):

No âmbito dessa diversidade do patrimônio cultural, as técnicas construtivas tradicionais constituem-se nas formas pelas quais vários exemplares de nosso patrimônio edificado foram erguidos e se

mantêm íntegros até hoje. Mas, de fato, a representatividade desse acervo não se completa sem o conhecimento acumulado pelos mestres e artífices responsáveis pela perpetuação da prática e aplicação dessas técnicas no acervo arquitetônico brasileiro.

Assim, o patrimônio material e o imaterial se complementam como conjunto do patrimônio cultural. De acordo com Castriota (2012), quando a UNESCO criou a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*¹, em 1989, poucos Estados Membros² manifestaram interesse pela sua aplicação. Porém em 1990, alguns acontecimentos causaram mudanças, como:

A emergência de numerosos grupos étnicos que procuravam sua identidade em suas culturas tradicionais; as comemorações do 5º Centenário do Descobrimento das Américas, e, principalmente, a rápida expansão da economia de mercado pelo mundo e o tremendo progresso das comunicações e das tecnologias de comunicação e informação. Na esteira da globalização avassaladora, parece reaparecer com força a questão das identidades culturais que são amplamente lastreadas nesta dimensão “imaterial” do patrimônio. (CASTRIOTA, 2012, p. 17).

Nesse mesmo período, foi desenvolvida uma metodologia de pesquisa pelo IPHAN: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Essa estrutura foi criada para produzir estudos sobre determinados grupos sociais, aos quais são atribuídos valores que representam sua identidade. Também é indispensável citar o Decreto nº 3.551, de agosto de 2000, que se tornou mais um instrumento de proteção do Patrimônio Cultural. Tal Decreto cria o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e institui o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), além de consolidar o já estabelecido INCR.

Desde então, no meio acadêmico e das políticas de preservação, o patrimônio imaterial tem se tornado objeto de crescente interesse. Em 2003, foi aprovada a Convenção para a *Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível*, que compõe o tema do patrimônio cultural imaterial, complementando a *Convenção do Patrimônio Mundial*

¹ Documento inserido no Anexo B.

² Estados membros são unidades autônomas com domínio próprio para se organizarem e se governarem pelas constituições e leis que aderirem, de acordo com os princípios da Constituição Federal.

de 1972, que cuida dos bens tangíveis, contemplando a herança cultural da humanidade (CASTRIOTA, 2012).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 já admitia a dimensão intangível da cultura. Em 1997, a Carta de Fortaleza orientava que se aprofundassem a pesquisa na área, “como se criasse um grupo de trabalho destinado a regulamentar o instituto denominado ‘registro’, voltado especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial.” (CASTRIOTA, 2012, p. 17). Assim, foi criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial (GTPI), que foi regulamentado em agosto de 2000.

De acordo com Castriota (2012), a revalorização do patrimônio imaterial ou intangível é compreendido não mais como um produto, mas como um processo. Como citado na Carta sobre o patrimônio construído vernáculo (1999):

A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais. (ICOMOS, 1999, p. 2).

Não há como separar o material e o imaterial na busca de entendimento dos modos de fazer tradicionais. O lugar e o valor dos instrumentos e dos saberes, das matérias-primas e das técnicas, do produto e dos seus significados, formam uma unidade complexa. O sentido do processo é dado pelo conjunto da prática, o que chamamos modo-de-fazer. (MENESES, 2009, p. 20)

Esse processo inclui o conhecimento, o processo de criação e as adaptações que acontecem naturalmente no decorrer do tempo. São conhecimentos chamados de técnicas construtivas tradicionais, como denominadas no trecho de Meneses (2009) de “modo-de-fazer” a ser preservado como patrimônio intangível.

Assim, a arquitetura tradicional é uma das mais importantes provas do modo de viver de uma sociedade e de sua cultura. No entanto, conforme Castriota (2012), ela não pode ser compreendida e preservada somente em sua dimensão física, mas, também, no modo de fazer, ou seja, na sua dimensão intangível.

Foi realizada uma análise nos órgãos responsáveis pela gestão das Políticas Públicas de Proteção ao Patrimônio Cultural, em Minas Gerais (Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA), e foram obtidos os seguintes resultados: A Política Pública de Proteção mostra-se incipiente, de acordo com os dados

encontrados segundo a lista de municípios contemplados pelo IEPHA para recebimento de ICMS em 2017. A pontuação de Santana do Riacho mostra que a cidade possui Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – COMPAC, Fundo Municipal de Patrimônio Cultural – FUMPAC, e está cumprindo o cronograma de ações relativas ao inventário de bens culturais, porém não faz ações de Educação Patrimonial.

Quanto aos bens tombados ou registrados, Santana do Riacho (segundo a lista de bens protegidos do IEPHA, 2016), possui dois bens tombados e, portanto, passíveis de proteção, que são o Conjunto Paisagístico Trilha dos Escravos, que está no critério CP, (Conjunto Paisagístico) e a Ponte Usina Pacífico Mascarenhas, que está no critério Bens Imóveis (BI), e que vale ressaltar não estão próximos ao distrito de Lapinha da Serra.

Do ponto de vista do objeto de estudo, Lapinha da Serra não possui bem material ou imaterial registrado, sendo que a tecnologia do adobe poderia ser reconhecida com um dos patrimônios imateriais do município, o que contribuiria de maneira essencial para a preservação da tecnologia do adobe.

1.3 Objetivos

Os objetivos desta pesquisa estão organizados em objetivo geral e objetivos específicos, apresentados a seguir:

1.3.1 Objetivo geral

Registrar e analisar a técnica construtiva do adobe em Lapinha da Serra.

1.3.2 Objetivos específicos

- Levantar e revisar a bibliografia dos documentos de Lapinha da Serra/Santana do Riacho. Analisar os trabalhos científicos sobre Lapinha da Serra;
- Pesquisar os fundamentos da arquitetura vernácula e aplicá-las no caso de Lapinha da Serra;
- Levantar as construções do vilarejo, classificando-as pelo seu uso, material construtivo e seu revestimento;

- Registrar e analisar as formas de produção do adobe em Lapinha da Serra.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ARQUITETURA VERNÁCULA

Neste capítulo, será abordado o que é arquitetura vernácula e seus fundamentos. A arquitetura vernácula é uma arquitetura sem arquitetos. Como afirma Takamatsu (2013, p. 20), “a riqueza das impressões da arquitetura é reflexo das próprias pessoas comuns”. Assim, as construções carregam genuinamente as características da sociedade em que está inserida.

Stroeter (1986) acrescenta que a arquitetura vernácula é considerada vulgar, sendo comum ou própria daquele povo. E, ainda, por ser julgada como “vulgar”, que ela é chamada de “vernacular”, palavra proveniente do latim “verna”, usada para distinguir o termo vulgar no Império Romano, que significava o escravo nascido em seu país de origem, ou o que era “nativo”. A palavra latina “vernaculu” também possui esse mesmo significado, propondo que a arquitetura vernácula tem origem naquela determinada sociedade (OLIVER, 1978).

Weimer (2005) aborda o sentido etimológico: vernáculo significa “escravo, bobo, patife e velhaco”. Assim, ele considera o uso incorreto da palavra, afirmando que os termos são uma forma infeliz e inoportuna de expressão, com conotações pejorativas. Em vez disso, o autor dá preferência para a palavra “populus”, ou popular, que destina às camadas intermediárias da sociedade, descartando, dessa forma, tanto as elites – denominadas eruditas – como as camadas mais pobres – que podem ser denominadas como vila ou favela. Logo, para o autor, a forma mais correta para designar o saber do povo é a terminologia *arquitetura popular*. Veremos alguns autores que abordam os conceitos da arquitetura vernácula.

2.1 Fundamentos teóricos da arquitetura e tecnologia vernáculas no mundo

O estudo da arquitetura vernácula surgiu no final do século XIX, na Inglaterra, com os arquitetos Philip Webb, Edwin Lutyens e Charles Voysey, que enxergavam qualidades na técnica, como a simplicidade, a harmonia e a tradição (TEIXEIRA, 2005). No entanto, no começo do século XX, o tema ainda não despertava grande interesse entre os arquitetos, não gerando avanços na pesquisa. De acordo com Carter e Cromley (2005, p. 3, tradução nossa):

Os métodos e as técnicas específicas para esta nova abordagem da história arquitetônica, que, em tempo, cristalizariam o movimento de arquitetura vernácula das décadas de 1970 e 1980, vieram de uma variedade de disciplinas acadêmicas que incluíam, entre outros, arquitetura, folclore, história social e preservação histórica.

No século XX, quando emerge o Movimento Moderno³, havia uma forte apropriação do uso da máquina para produção de artefatos não originais, que replicavam estilos da época. De acordo com Secret (1998), o movimento Arts & Crafts⁴ tinha grande importância na obra do arquiteto Frank Lloyd Wright, por seguirem uma visão similar da arquitetura.

Wright e o movimento se opuseram a essa tendência, valorizando a identidade, a técnica local e os materiais disponíveis. Ele se interessava pela arquitetura vernácula, como a indígena, a africana, a japonesa, etc. Ao contrário do movimento, Wright era a favor do uso da máquina quando utilizada em benefício da arte. Ele reconhecia o valor dela para a sociedade, como também enfatizava a importância de o arquiteto dominar as tecnologias e aproveitá-las a seu favor.

Assim como Frank Lloyd Wright, alguns importantes arquitetos modernistas, como Bruno Taut e Walter Gropius, começaram a reconhecer as construções tradicionais, aplicando as técnicas vernáculas como inspiração em seus projetos. Para Upton (1993), as denominações “tradicional” e “moderno” foram discernidas após a modernidade, ainda no século XX.

Na segunda década do século XX, o arquiteto modernista Le Corbusier mostrou interesse pela arquitetura tradicional admitindo que o folclore possibilitava um profundo conhecimento sobre as necessidades humanas, satisfazendo o homem e fazendo-o desfrutar-se dos bens materiais e imateriais. De folclore passou-se a falar de culturas vernáculas e tradicionais (GLASSIE, 1999).

Desse modo, na Europa, o interesse pela pesquisa em arquitetura vernácula também ganhou maior força a partir da década de 1970, por meio de pesquisas acadêmicas e científicas dos europeus, em resposta à crise dos recursos energéticos

3 Iniciado na Europa, o modernismo foi um movimento que envolvia as áreas artísticas e culturais.

4 O movimento *Arts and Crafts* defendia o artesanato como alternativa à mecanização e à produção em massa industrial.

no mundo. Essa crise também gerou a conscientização da preservação ambiental e da renovação dos recursos naturais.

O arquiteto e autor Amós Rapoport enumera os atributos da técnica vernácula:

Ausência de pretensões teóricas ou estéticas; trabalha com o lugar de implantação e com o microclima; respeito às demais pessoas e suas casas e, em consequência com o ambiente total, natural ou fabricado pelo homem e trabalha dentro de um idioma com variações dentro de uma certa ordem. (RAPOPORT, 1972, p. 15).

Rapoport (1969) aborda uma diferenciação teórica entre arquitetura primitiva e arquitetura vernácula. A primitiva se refere àquela sociedade sem especialização que se direciona pela tradição, permanecendo a relação próxima entre forma e cultura e o uso das mesmas tipologias construtivas. Rapoport descreve que a arquitetura primitiva é encontrada em sociedades pouco desenvolvidas tecnológica e economicamente, que dispõem do uso da inteligência, da habilidade e dos recursos desses povos em toda sua extensão. O saber fazer a construção de moradias nesse caso é comum de igual modo a todos os integrantes do grupo.

O termo adotado para arquitetura vernácula se diferencia da arquitetura primitiva pela figura do “construtor”, que é o mestre que conduz os integrantes do grupo às técnicas de construção, como um mestre de obras. O método de construção é embasado em ajustes ou modificações, existindo a possibilidade de versatilidade do indivíduo.

As sociedades que compõem essa arquitetura estariam “ligadas à tradição”, cujas transformações sucederiam de uma herança próxima, existindo uma hierarquia nos tipos construídos. Rapoport aborda o que é a arquitetura tradicional e como ela se articula:

[...] é o resultado da colaboração de muitas pessoas durante muitas gerações, assim como a colaboração entre os que constroem e os que utilizam os edifícios, que é o significado do termo tradicional. [...] as diferenças estéticas não se criam especialmente para cada casa, são tradições e se transmitem de geração a geração. A tradição tem a força de uma lei respeitada por todos [...]. Esse enfoque funciona porque há uma imagem de vida compartilhada por todos, uma

hierarquia aceita e, em consequência, um padrão de assentamento também aceito. (RAPOPORT, 1972, p. 16).

Paul Oliver (2006) afirma que a arquitetura vernácula é mais bem entendida como um exemplo do que uma definição teórica. O autor já abordou em seus livros diversos exemplos ao redor do mundo das variadas tipologias da arquitetura vernácula, chegando à seguinte observação sobre essa definição:

O erro pode estar em tomar a visão formal, material ou estrutural das formas construídas de várias sociedades e classificá-las de acordo com o seu grau de permanência, tecnologia e forma. É melhor, acredito, considerar esses aspectos da arquitetura das culturas no contexto de seu meio e, essencialmente, em relação com sua capacidade de atender aos valores e necessidades das sociedades que as construíram. (OLIVER, 2006, p. 18).

A arquitetura vernácula vai muito além da matéria, ou seja, do resultado final de uma construção. A análise da edificação se torna limitada pelo viés exclusivamente material. Assim, a construção é mais bem compreendida por meio do conjunto urbano, está ligada ao valor cultural, ao estilo de vida e às necessidades da comunidade.

Paul Oliver (1997) afirma ainda que a arquitetura vernácula pode ser aquela linguagem arquitetônica das pessoas, com seus “dialetos” étnicos, regionais e locais, como é possível observar entre os lapinhenses: existência de uma linguagem “particular” entre eles, a organização das frases, as palavras criadas e a entonação no modo de falar (LOPES, 2009).

Oliver (1997), em “Enciclopédia da arquitetura vernácula no mundo” – volume III, fragmenta o Brasil em regiões com diferentes categorias/tipos de arquitetura vernácula, sendo: Amazônica; Nordeste (ciclo do açúcar); etnia Bororo; Chapada Diamantina (Bahia); etnia Judjá Juruna; etnias Karibe-aruaq-tupi (Parque Nacional do Xingu); etnia Kaiapó; etnia Yukuna; etnia Yanomami; etnia Yagua; etnia Wai Wai; etnia Tukano; etnia Timbira; as casas dos sertanejos; as casas bandeiristas e as casas do ciclo do ouro em Minas Gerais.

A arquitetura vernácula no Brasil, segundo Oliver (2005), não é somente a indígena, mas também aquela procedente das populações tradicionais que subsistem

isoladas do contato com as grandes cidades e de outras comunidades, nas quais o passado esteja ligado à economia colonial.

A técnica construtiva vernácula em adobe é um grande atrativo cultural e a transmissão dos saberes para as próximas gerações é valiosa para a preservação do patrimônio, como podemos ler a seguir na Carta sobre o patrimônio construído vernáculo (1999):

A continuidade dos sistemas tradicionais de construção e das competências artesanais associadas com o vernáculo é fundamental para a expressão vernácula, e é essencial para a reparação e para o restauro destas estruturas. Tais competências devem ser retidas, registadas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação. (Carta sobre o patrimônio construído vernáculo, 1999, p.3):

Os saberes precisam ser registrados e compartilhados na comunidade, inclusive quando se trata de obras de restauração do patrimônio. Segundo Rogers e Gumuchdjam (2001), a capacidade de transmitir os saberes e conhecimentos às próximas gerações é o grande trunfo da humanidade.

2.2 Fundamentos teóricos da arquitetura e tecnologia vernácula no Brasil

No século XX, mais precisamente nos anos precedentes à comemoração do centenário da independência do Brasil, em 1922, surgiu um maior interesse pela pesquisa da história do país, particularmente relativo ao período colonial. Houve a valorização da cultura nacional e conseqüentemente maior interesse pelo estudo da arquitetura vernácula brasileira.

O engenheiro, arqueólogo e arquiteto Ricardo Severo e o engenheiro professor Ernesto Viana são grandes influências nesse período. De acordo com Ernesto Viana, após a análise das plantas das casas brasileiras, chegou-se à conclusão de que as edificações brasileiras e as portuguesas teriam recebido uma influência maior da arquitetura árabe.

Em 1937, com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), foram publicados trabalhos que contemplavam a arquitetura popular, de acordo com Günter Weimer (2012, p.36):

Gilberto Freyre publicou um estudo sobre os mocambos recifenses, Lúcio Costa fez um panegírico sobre os mestres pedreiros portugueses, e Mário de Andrade empreendeu uma viagem pelo norte e nordeste do país com o objetivo de inventariar as mais diversas formas de artes.

Porém, o assunto não obteve prosseguimento, pois o interesse pelas construções de caráter popular logo foi substituído pela arquitetura erudita. Mestres portugueses foram valorizados e qualificados como arquitetos à medida que elaboravam obras de destaque, principalmente as construções religiosas.

Günter Weimer (2012), apresenta uma síntese sobre a história e tecnologia vernácula brasileira, abordando dez tipos de moradias brasileiras, com foco nas técnicas construtivas utilizadas. Além da abordagem das técnicas, o autor classifica as tipologias de construções de acordo com as diversidades regionais, levando em conta alguns aspectos e técnicas mais característicos e predominantes de cada região.

No Brasil, Lúcio Costa (1902 – 1998) foi um dos pioneiros no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pelo seu grande interesse pela arquitetura tradicional e vernácula. Ele a considerava como princípio básico para o desenvolvimento modernista, valorizando a tradição e o elo com o passado, contribuindo para a formação da identidade da arquitetura brasileira.

A arquitetura vernácula para Lúcio Costa servia como fonte de conhecimentos para a arquitetura moderna, analisando os aspectos do meio e o saber popular. Segundo o autor, a arquitetura vernácula tinha grande significado, valorizando a legitimidade da terra, além da sabedoria adquirida pelas lições dos mestres artífices, carregados de experiências trazidas de seus antepassados há mais de trezentos anos.

Costa (1937), da mesma forma, debate a segregação daqueles que enxergavam qualidades apenas nas obras eruditas. O arquiteto e professor da

Universidade de São Paulo – USP, Carlos Lemos (1989, 1999), abordou o tema da arquitetura vernácula em seu livro “História da casa brasileira”, afirmando que:

A casa vernácula é, portanto, uma expressão cultural. Só pode ser daquele povo e daquele sítio. É uma arquitetura que percorre gerações [...]. É a oca do índio, é o iglu do esquimó, é a tenda árabe e pode ser a casa de pedra do camponês [...]. Daí se vê que a arquitetura vernácula não é trasladável para outras terras por razões compreensíveis. (LEMOS, 1989, p. 14-15).

Ou seja, o autor expressa que a denominação de arquitetura vernácula cabe exclusivamente à região onde ela é encontrada. Refere-se à técnica passada por gerações, ao saber-fazer específico de uma própria região. Em um capítulo do livro dedicado às técnicas construtivas vernáculas Iberoamericanas, Rezende, Lopes, Carvalho e Vale (2013), fizeram um histórico das técnicas construtivas em terra no país, apresentando um genérico das mesmas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DE LAPINHA DA SERRA

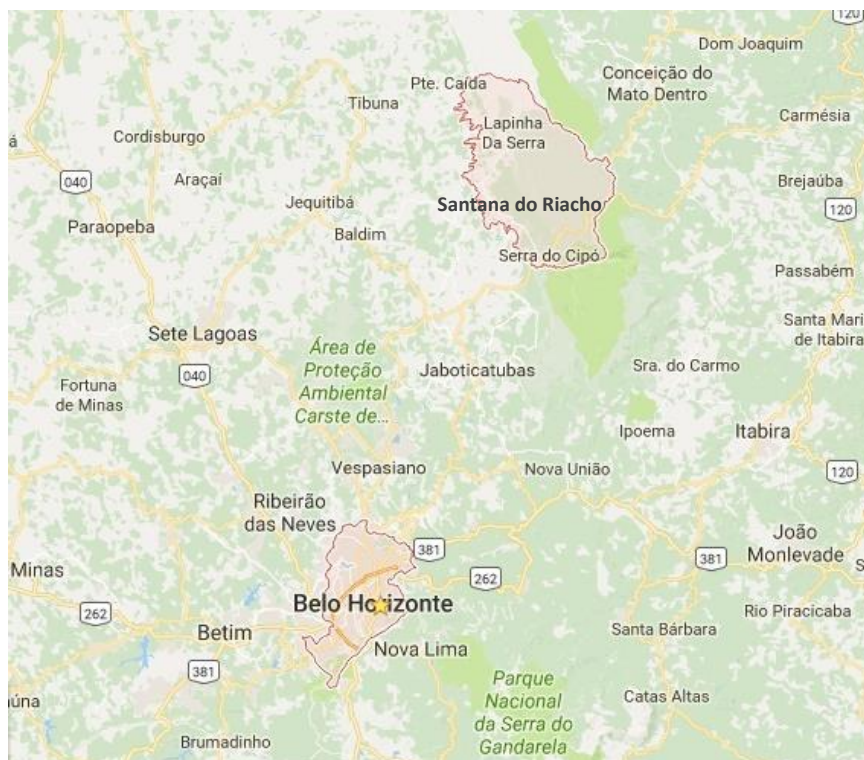
Lapinha da Serra é um pequeno distrito localizado a 11 quilômetros ao norte da sede do município de Santana do Riacho. Antiga Riacho Fundo, que se tornaria Santana do Riacho a partir de 1962 (GONTIJO, 2003), fica localizada na Região Sudeste do país e é um município brasileiro do estado de Minas Gerais. Pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e Microrregião de Sete Lagoas e localiza-se a norte de Belo Horizonte, a cerca de 100 km de distância. Ocupa uma área de 676,76 km², sendo que 0,36 km² estão em perímetro urbano, de acordo com Embrapa Monitoramento por Satélite (2016). Nas Figuras 1 e 2, vemos a delimitação da área de Santana do Riacho e sua distância em relação a Belo Horizonte.

Figura 1 – Imagem satélite do município de Santana do Riacho.



Fonte: Google Maps, 2017.

Figura 2 – Mapa de Minas Gerais com os limites da cidade de Belo Horizonte e o município de Santana do Riacho. Distância de 110 km até Belo Horizonte.



Fonte: Google Maps, 2017.

De acordo com a Figura 1, podemos identificar a existência de uma grande área de preservação ambiental. A vegetação do município se caracteriza pelos campos rupestres, o cerrado e a mata atlântica. A região de Santana do Riacho começou a se desenvolver ainda no século XVII e no decorrer do século XVIII (GONTIJO, 2003).

No século seguinte, Lapinha da Serra, localizada entre as serras do Cipó e do Espinhaço, serviu como ponto de apoio aos tropeiros que passavam pela região. Eles interligavam as áreas de transporte de alimentos em lombos de burro (GONTIJO, 2003).

O povoado surgiu quando trabalhadores vieram ajudar na produção agrícola na fazenda do “Velho Leonel”⁵, o que explica a forte relação de parentesco que os moradores têm entre si. Entretanto, ainda se mantém como um pequeno distrito, conforme se observa na Figura 3.

⁵ “Velho Leonel Pinto” é um dos quatro irmãos que herdaram terras em Lapinha, provavelmente da família dos Siqueiras, proprietários de grandes extensões de terras na Serra do Cipó.

Figura 3 – Foto de satélite do vilarejo de Lapinha da Serra, Santana do Riacho.



Fonte: Google Maps, 2017.

De acordo com Lopes (2009), Na Serra do Cipó, denominada até 2006 de Cardeal Mota e distante aproximadamente 50 km da Lapinha. Se encontra a portaria principal de acesso ao Parque Nacional da Serra do Cipó (PARNA Serra do Cipó), em torno do qual se situa a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira (APA Morro da Pedreira), da qual Lapinha faz parte, situando-se no seu extremo norte. A APA Morro da Pedreira funciona também, como zona de amortecimento do PARNA Serra do Cipó, sendo ambas as Unidades de Conservação (Ucs) de jurisdição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)⁶.

Contudo, muitas pessoas conhecem Santana do Riacho pelo turismo existente na Serra do Cipó, e o Parque Nacional da Serra do Cipó, criado em 1984 com intuito de preservar a biodiversidade local e os atrativos naturais, é um forte atrativo turístico da região.

⁶ Após a divisão institucional do IBAMA, o PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira passaram a ser geridos pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

3.1 Caracterização geográfica

Lapinha da Serra normalmente não está no roteiro de turistas que se destinam para a Serra do Cipó, distrito de Santana do Riacho. No entanto, as unidades de conservação encontradas e referências turísticas na região são o Parque Nacional da Serra do Cipó e a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira. O Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado em setembro de 1984, nos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro, com uma área total de 33.800 hectares (ICMBIO, 2018). De acordo com Gontijo (2001, p. 120-121),

A entrada do Parque se dá próxima à margem esquerda do rio Cipó, portanto no município de Jaboticatubas, mas sob influência direta de Cardeal Mota, uma vez que a zona urbana do distrito inicia-se imediatamente após a ponte sobre o mesmo rio. Além disto, Cardeal Mota encontra-se aninhada ao longo do limite noroeste do PARNA, margeando a MG-10 por um trecho de 5 km, até o limite do escarpamento. [...] o PARNA Serra do Cipó localiza-se na extremidade meridional da cadeia do Espinhaço, porção que inclui uma parte considerável da Serra do Cipó, mas não a sua totalidade. Trata-se, portanto, de um grande maciço rochoso no qual a região de Lapinha é apenas uma entre várias paragens de apelo ecoturístico e que reproduz, localmente, muito das atrações turísticas que se encontram disseminadas pela serra.

A Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira foi criada em 1990, também sob jurisdição do IBAMA. Está inserida nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Jaboticatubas, Nova União, Morro do Pilar, Santana do Riacho e Taquaraçu de Minas (GONTIJO, 2001). A APA Morro da Pedreira tem uma área de 131.769,37 hectares (ICMBIO, 2018), sendo possível analisar na Figura 4 sua delimitação em relação ao Parque Nacional da Serra do Cipó e os municípios adjacentes.

Figura 5 – Modelo digital tridimensional da bacia do Riachinho.



Fonte: Gontijo, 2003, p. 34.

Lapinha da Serra está situada às margens da represa formada a partir da construção da barragem da Usina Coronel Américo Teixeira (UCAT), como se pode observar na Figura 6, de acordo com Gontijo (2003).

Figura 6 – Vista da barragem da Usina, com parte de Lapinha da Serra à direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

A construção da barragem, em 1950, trouxe transformação à paisagem do vilarejo. A represa da UCAT tem forma triangular, com aproximadamente quatro quilômetros em seu comprimento maior. A represa tem um afloramento calcário em sua extensão, conferindo-lhe a aparência de dois lagos, como se pode observar na Figura 7 a seguir.

Dessa forma, a menor porção da represa que margeia a região central de Lapinha é conhecida entre os moradores como *Lagoa da Lapinha* e a porção de maior extensão, localmente conhecida como *Barragem da Usina* (GONTIJO, 2003).

Figura 7 – Vista da represa da UCAT e da Lagoa da Lapinha, com o povoado na sua margem direita. Observa-se também o vale do Mata Capim à esquerda



Fonte: Gontijo, 2003.

A região de Lapinha da Serra está inserida na cota altimétrica (1000 – 1100 m), que é a transição altitudinal entre campos rupestres e cerrados (inserida na bacia do Rio das Velhas). Segundo Gontijo (2003), a característica do cerrado é marcada pelo aspecto árido em função da deficiência de nutrientes no solo e a forte concentração de alumínio.

Essa vegetação também sofre com as consequências de uma sazonalidade acentuada. Assim, desenvolve mecanismos de acúmulo de água no período de maior deficiência hídrica (final de inverno). Também podem ser verificados os cerrados rupestres, que significa a transição gradual entre o cerrado e os campos rupestres.

3.2 Caracterização histórica

Em Lapinha da Serra, existem poucas evidências referentes à história da colonização do vilarejo. De acordo com Gontijo (2003, p. 49):

Em função disto, resta buscar nas reminiscências dos habitantes mais velhos da região algo da maneira como a vida era levada ao longo desses anos. Os testemunhos são vagos, mas refletem a essência de um estilo de vida que não foge da dinâmica, que se espera habitual, do interior mineiro ao longo do século XX.

Por meio do avanço da cartografia da região das Minas Gerais, que fora aperfeiçoada com o passar dos anos, observa-se que a localidade de “Lapa” se encontra na mesma região de Lapinha da Serra, entre Riacho Fundo (hoje Santana do Riacho) e o meio da Serra.

Como descreve Gontijo (2003, p.58), “o nome Lapa refere-se às formações calcárias da região e indica que por lá já se procurava diamante, prática que persistiu até o século XX”.

Em 1759, uma capela foi construída em Lapinha da Serra, pertencendo à Conceição do Mato Dentro, Comarca do Serro Frio (GUIMARÃES, 1991, apud GONTIJO, 2003). A partir de então, as casas eram construídas pelos trabalhadores da fazenda. A subsistência era baseada no cultivo de milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão, além da criação de gado, suínos, equinos e aves domésticas, aliás, todo cultivo e criação eram voltados para o consumo doméstico, de acordo com Oliveira (2002 apud GONTIJO, 2003).

Em seguida, conforme Gontijo (2003), ainda no século XVIII, a fazenda da “Lapinha” – região próxima às cabeceiras do rio Parauninha e do rio das Pedras, entre o Riacho Fundo e o Meio da Serra – foi pela primeira vez mapeada em 1821, pelo metalurgista e mineralogista alemão Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege.

O arraial de Santana do Riacho no século XIV ainda pertencia à Conceição do Mato Dentro. Entretanto, no início do século XX, tornou-se distrito de Santa Luzia. De acordo com Gontijo (2003, p. 69):

Os estudos preliminares para a construção da usina Coronel Américo Teixeira iniciaram-se na segunda metade dos anos quarenta, a partir da compra de duas fazendas pela Cia. Têxtil de Belo Horizonte em 1947. O enchimento da represa em 1950, na cota altimétrica de 1107 metros, preservou o casario então existente em Lapinha, casario que correspondia à fazenda do Velho Leonel e de seus familiares. Analisando-se mapas da época referentes à área de enchimento, percebem-se 26 construções na área que hoje corresponde ao núcleo de Lapinha, incluindo a fazenda de Seu Zé Juquinha⁷. Por essa época, a vida de Lapinha era ditada pela palavra do “Velho Leonel Pinto”, um dos quatro irmãos que herdaram as terras daquela fazenda da Lapinha que já se fazia constar nos mapas do século XIX. (Provavelmente da família dos Siqueiras, que ocupavam grandes extensões de terras na Serra do Cipó).

Os outros irmãos do “Velho Leonel” eram: Dona Maria do Quincote, Vivina e Chico Pinto. Leonel era como o chefe do vilarejo, viveu aproximadamente oitenta anos e faleceu nos anos de 1960. Com ele se originou a pequena vila. Em sua fazenda, produzia-se café, amendoim, algodão, rapadura, milho, arroz e feijão (GONTIJO, 2003). Os novos moradores de Lapinha vieram para trabalhar nos negócios de Leonel.

3.3 Estrutura Urbana

Lapinha da Serra ainda é uma pequena vila que parece viver em outro tempo. O turismo ecológico tem sido o fator mais relevante para seu pequeno desenvolvimento, com trilhas e caminhos de chão de terra, como pode ser observado na Figura 8.

Figura 8 – Caminho de Lapinha da Serra.

⁷ Seu Zé Juquinha era neto do Velho Leonel. Atualmente, Juquinha é um dos moradores mais velhos de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Gontijo (2003) aponta alguns dados importantes sobre a cidade:

A luz elétrica chegou a Lapinha apenas em 1985, mais de vinte anos depois do início do fornecimento da UCAT para a sede municipal. A mesma UCAT que contribuía na manutenção das estradas, especialmente no trecho entre o Rótulo e Santana (A ponte sobre o rio Cipó, perto da Mangabeira, só havia sido construída em 1946 em função do início das obras da barragem). Pode-se inferir que muito pouco da rotina de Lapinha mudou até o início dos anos noventa. (GONTIJO, 2003, p.72).

Em 1990, foi aberta a estrada de terra que liga Santana do Riacho à Lapinha da Serra, representada na Figura 9. Por meio de entrevista realizada na Prefeitura de Santana do Riacho, em 2014 foi disponibilizada a verba para pavimentação da estrada de acesso à Lapinha, mas a associação de moradores de Lapinha da Serra optou pela não pavimentação da via. A justificativa era reforçar a ideia de um vilarejo tradicional, que busca isolamento do município mais próximo e seleção do público de visitantes.

Figura 9 – Entrada de Santana do Riacho e estrada que liga Santana do Riacho à Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

As principais mudanças que ocorreram no vilarejo após os anos de 1990, com a abertura da estrada de acesso à Lapinha da Serra, foram a construção de novas pousadas e casas para aluguel, abertura de restaurantes e adaptação dos bares, oferta de guias turísticos, aluguel de caiaques e cavalos, catracas em cachoeiras para atender as necessidades desse público. Na entrada do vilarejo, é possível ver à oferta de atividades e pousadas disponíveis aos turistas, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Entrada de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Ainda que exista pouca infraestrutura, o público de turistas que se destina à Lapinha da Serra está em busca da simplicidade. Como descreve Gontijo (2003), os proprietários criam novos “*campings*” nos seus quintais para complementar a renda familiar, principalmente em ocasiões de feriados, épocas de festividades e no verão. “Nestes ‘*campings*’ praticamente não ocorre qualquer tipo de investimento em infraestrutura, quando muito o terreno é limpo para que possam ser armadas as barracas e o banheiro utilizado é o da própria residência”. (GONTIJO, 2003, p. 95).

3.4 Caracterização socioeconômica

A economia em Lapinha da Serra é gerada pela agricultura e pelo trabalho informal, dados que foram analisados por meio de entrevistas. Dentre as formas de trabalho informal, inclui as atividades proporcionadas pelo turismo como aluguel de caiaques – como mostra a Figura 11 – hospedagem dos turistas, venda de artesanato, etc. De acordo com Braga e Dutra (2017), o turismo é uma possibilidade de geração de renda, empregos e qualidade de vida de comunidades rurais.

Figura 11 – Caiaques para aluguel em Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Hoje, apesar de ainda não existir infraestrutura adequada para atender um grande número de turistas, o ecoturismo é uma alternativa para o desenvolvimento local e tem crescido na região pelas suas belezas naturais.

Os primeiros turistas, denominados *mochileiros*, surgiram na década de 1980, quando passavam pelo município para seguir até a Cachoeira do Tabuleiro em Conceição do Mato Dentro.

No início dos anos de 1990, a região já havia um número considerável de turistas, especialmente em 1996, quando foi aberta a estrada que liga Santana do Riacho à Lapinha da Serra, aumentando ainda mais o número de turistas pela facilidade de acesso.

Segundo Moura (2001, p.71), “a procura por ambientes naturais, litorâneos e campestres é hoje quase uma obsessão do *Homus Urbanos*”. Na outra ponta, há propriedades rurais com suas características socioculturais e ambientais que perderam sua identidade econômica e que tem no turismo a possibilidade de um novo uso, gerando renda e empregabilidade.

Segundo Zunazzi (2003, p. 15):

o turismo rural é uma atividade de pequenas e médias empresas onde o ser humano constitui o elemento central e essencial; é caracterizado pelo particularismo, pelo caráter “artesanal”, do acolhimento, pela rusticidade, o que garante um produto autêntico.

Essas características permeiam o modo de vida dos moradores de Lapinha da Serra. O distrito, além das belezas naturais, possui a técnica de produção do adobe, que é uma característica atrativa ao turismo e pode garantir que o conhecimento da tecnologia vernácula perpetue no vilarejo (AMANCIO e REZENDE, 2016).

Segundo Ferrão (2003), a arquitetura rural, por se diferir da urbana, se torna um atrativo turístico. Nesse ponto, não somente os prédios são os atrativos como também as tecnologias na fabricação e construção das edificações em adobe.

A tradicional arquitetura rural brasileira é vista como um conjunto de edificações próprias à produção agrícola ou à habitação integradas por estradas vicinais (normalmente caminhos de terra), campos cultivados e pequenos povoados. [...] No entanto se considerarmos suas

interfaces, e o imenso potencial que ela representa, seja como tema para estudos aprofundados (eminentemente transdisciplinares) ou como interessante nicho de negócios, a arquitetura rural configura-se a partir da integração entre o meio natural e o complexo de sistemas e geradores de ciências e informação de que se compõe as nações mais desenvolvidas. (FERRÃO, 2003, p. 46).

Evidentemente, o turismo em Lapinha é valorizado por oferecer o oposto do que as grandes cidades oferecem à população: segurança, contato direto com a natureza, silêncio. Tais fatores são mantidos em Lapinha da Serra, com exceção das épocas festivas, quando o vilarejo chega a receber, em sua capacidade máxima, cerca de 2.500 turistas, como foi o caso da última festa junina em 2017, de acordo com relatos do morador 1 (informação verbal)⁸.

De acordo com Brusadin (2015, p. 45 apud FUNARI; PEREQUINI, 2006). “O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade”. O autor denomina a visitação do público em patrimônio cultural com o termo turismo cultural.

Entretanto, pode-se dizer que todo turismo é cultural, posto que toda visitação é inerente a uma dada cultura. [...] De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações folclóricas ou peregrinações (BRUSADIN 2015, p. 37).

O turismo cultural é um elemento importante para o desenvolvimento do vilarejo e contribui para promover o envolvimento da comunidade com seus atrativos culturais, sua memória social e o desenvolvimento regional.

⁸ Relato concedido por morador 1, representante da Associação de Moradores de Lapinha da Serra na Prefeitura de Santana do Riacho. Entrevistador: Samara Luíza Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2018.

4. METODOLOGIA

Analisando a história de Lapinha da Serra, observa-se que a técnica do adobe foi passada de geração a geração e as casas foram construídas com o apoio de familiares e amigos. A motivação para este trabalho de pesquisa é registrar essa história que, aos poucos, pode ser perdida no tempo.

Carter e Cromley (2005, p. xviii) afirmam que “o método de pesquisa básico da arquitetura vernácula é dificilmente revolucionário: ainda requer o ajuntamento de dados, ordenando-os, analisando-os e interpretando-os”. Ou seja, a pesquisa de campo é indispensável para um bom resultado do trabalho.

No intuito de preservar a memória e o patrimônio material e imaterial, foi feito um levantamento de todas as construções do vilarejo, para registrar os usos, a data de concepção e o material construtivo. De acordo com Carter e Cromley (2005, p. xviii), “a pesquisa em arquitetura vernácula implica um casamento da origem: História oral, documentos escritos e os próprios edifícios”.

Tendo como base a pesquisa em trabalho de campo, segundo os mesmos autores (p. XVI), “o registro de edifícios *in loco* com desenho de plantas e fotografias é uma das características distintas da arquitetura vernacular como campo de estudo”.

Tendo como base esses autores que sintetizaram a metodologia da Escola Americana de Arquitetura Vernácula, foi estruturada, então, a metodologia do presente trabalho, que inclui além da bibliografia presente as seguintes etapas:

- 1) Registro das edificações: Mapas e fotos.
- 2) Registro das técnicas: Entrevistas com produtores e acompanhamento da produção.

Neste estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, analisando informações por meio de coleta de dados sobre a tipologia das construções, com o levantamento de todas as edificações, classificando-as pelo tipo de material utilizado, diversificando entre adobe ou materiais convencionais, ou adobe aparente, adobe revestido ou materiais convencionais. Para se obter esses dados, foram feitas visitas a Lapinha da Serra e um trabalho de levantamento de campo que contou com a colaboração de alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, turma de 2017.

A coleta de dados por meio de entrevistas estruturadas com os moradores possibilitou conhecer as técnicas de construção, a formação dos mestres artífices e identificar a motivação ou desmotivação em preservar a técnica do adobe.

A metodologia para execução do projeto será experimental investigativa, sendo dividida em quatro etapas, conforme a descrição a seguir:

- **1ª Etapa:** Levantar e registrar informações históricas, culturais, sociais e todos os aspectos relevantes à pesquisa sobre Lapinha da Serra.

Atividades:

Revisão bibliográfica por meio de levantamento de documentos em arquivos públicos, bibliotecas, periódicos etc.

- **2ª Etapa:** Pesquisa sobre os fundamentos da arquitetura vernácula, estudo da técnica em adobe e dos instrumentos de análise da pesquisa de campo.

Atividades:

Análise em livros e pesquisas acadêmicas sobre os conceitos da arquitetura vernácula no Brasil e no mundo, abordando os principais autores da área. O objetivo será entender como os fundamentos da arquitetura vernácula se aplicam em Lapinha da Serra. Dissertar sobre a técnica do adobe em Lapinha da Serra e analisar a técnica de registro/pesquisa.

- **3ª Etapa:** Conhecer a população e os mestres artífices do vilarejo, buscando informações sobre suas histórias e técnicas de produção do adobe.

Atividades:

Pesquisa de campo em Lapinha da Serra com a aproximação da população e dos atuais mestres artífices, procurando investigar a história e seus precedentes, realizando coletas de dados por entrevistas e questionários, registrados em documento textual e vídeo.

- **4ª Etapa:** Levantamento das construções do vilarejo, classificando-as pelo seu uso, pela data aproximada de construção, pelo material construtivo e seu revestimento para se chegar às considerações finais.

Atividades:

Pesquisa de campo, levantando informações sobre as tipologias e história das construções em adobe do vilarejo de Lapinha da Serra em Santana do Riacho, MG. Coleta de dados por meio de questionários e registros em fotografias, croquis e textos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES (MAPEAMENTO)

5.1 A produção de adobe em Lapinha da Serra

O adobe é um bloco preparado a partir do solo, amassando a terra com água com o auxílio dos pés. Após o amassamento, os blocos são moldados manualmente por meio de uma forma, que pode ser de madeira ou metálica, e são posteriormente secados ao ar livre. Eles são assentados com uma mistura de terra similar à utilizada para a produção do adobe, podendo a parede em adobe ser revestida ou não, com reboco de argamassa, cal e areia.

De acordo com Weimer (2012, p. 250), “na literatura técnica há frequentes referências de que um terço da humanidade ainda estaria vivendo em construções de terra.” Segundo o autor, não há comprovação científica dos dados, mas o fato serve para demonstrar a importância da terra como material construtivo.

Em Lapinha da Serra, a técnica está presente desde a primeira construção do vilarejo, de acordo com relatos do morador 2 (informação verbal)⁹;

Vinte anos atrás, quando cheguei em Lapinha, existiam apenas casas de adobe. Viam-se muitas casas em adobe com estrutura de madeira, e depois passaram a construir com adobe estrutural, mas esse tipo de construção sempre foi a característica aqui do vilarejo.

A tradição do adobe prevaleceu até os dias atuais, transmitida por meio de gerações. O morador 3 (informação verbal)¹⁰, comenta:

Antigamente, não havia outra opção para construirmos nossas casas, não tínhamos condição, vivendo apenas da agricultura, não tinha estrada pra trazer material de construção, nossos pais faziam igual nossos avós ensinaram, e nós fazemos assim até hoje.

Mesmo com a inserção de novos materiais construtivos, os moradores comentam que o adobe faz parte da história do lugar. O morador 2 ainda afirma que

⁹ Relato concedido por morador 2, belo-horizontino e morador de Lapinha da Serra há aproximadamente 20 anos. Entrevistador: Samara L. Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2017.

¹⁰ Relato concedido por morador 3, natural de Lapinha da Serra. Entrevistador: Samara L. Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2017.

o adobe representa a identidade de Lapinha, além de proporcionar conforto térmico à edificação.

Os três componentes encontrados no solo são argila, silte e areia. De acordo com dois produtores de adobe entrevistados em Lapinha, é necessário ter ponto de água próximo à região. No caso de Lapinha da Serra, se o adobe não for produzido próximo à represa, utiliza-se uma caixa d'água abastecida pela rede de água da casa mais próxima, por meio de uma mangueira.

De acordo com Weimer (2012, p. 251), “sua plasticidade depende da quantidade de água”. Dessa forma, se a terra amassada for deixada no ar, a água evapora endurecendo a terra. Para reverter o processo, basta adicionar água novamente. Ainda segundo o autor, para manter sua rigidez, basta protegê-la da umidade. Para aumentá-la, ela tem que receber mistura de fibras (vegetais ou animais), folhas, esterco, ramos ou galhos, cal ou cimento.

Em Lapinha da Serra, é observado que, em obras encomendadas por clientes “de fora”, existe o costume de misturar cimento à mistura de terra para produção do adobe, acreditando que o bloco fique ainda mais resistente e durável, fato que tecnicamente ainda não foi comprovado. Também é importante a homogeneização da mistura, que, nesse caso, os lapinhenses trabalham amassando com os pés. Vejamos a Figura 12.

Figura 12 – Monte de terra utilizado para amassamento da terra com os pés, em Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

De acordo com Minke (1994), após a homogeneização da mistura, existem diversos tamanhos e formatos de formas para adobe. Como podemos observar nas Figuras 13 e 14, os blocos de adobe em Lapinha da Serra são produzidos com a utilização de formas com as medidas de 8 x 12 x 25 cm, referindo-se à altura, largura e comprimento, respectivamente. Dessa forma, eles são preparados em uma superfície plana, para não haver absorção de umidade; depois nivelados com as mãos e desenformados a seguir.

Figura 13 – Produção do bloco de adobe com preparação diretamente no colo em forma metálica individual. Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 14 – Uniformização da superfície do bloco com as mãos. Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

A fase de secagem do adobe acontece de forma rápida, variando de acordo com o tamanho do bloco, com o clima e com a umidade de cada local de produção. Nesse processo, o adobe é desenformado diretamente no solo, onde ficará exposto ao tempo durante dois a quinze dias. “Quando o bloco está firme e seco é empilhado e coberto por uma lona até o dia da entrega ou enquanto as paredes da obra não são levantadas, para não estragar se chover”, diz Fernando, produtor de adobe em Lapinha da Serra, como demonstrado na Figura 15.

Figura 15 – Momento de secagem do adobe, com adobe seco e empilhado pronto para uso. Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

O vilarejo de Lapinha da Serra está inserido na região da Serra do Espinhaço. Em Lapinha da Serra, o clima se torna favorável para construções em adobe por ser predominantemente quente e temperado. A disponibilidade de matéria-prima e a ausência de estradas que davam acesso ao vilarejo contribuíram para que a arquitetura de terra, no caso o adobe, fosse a principal técnica construtiva desde as primeiras edificações no século XVIII, permanecendo até os dias atuais.

A técnica do adobe é um processo vernáculo de arquitetura, no qual são usados materiais e recursos do próprio ambiente em que a edificação é construída. Apresenta um caráter local ou regional, pois é uma forma de construção desenvolvida pela população nativa para atender suas necessidades de moradia e de abrigo. A técnica entre os moradores de Lapinha da Serra foi transmitida pela prática do modo de fazer.

Antigamente, os próprios moradores construíam suas casas com familiares, produzindo o adobe no fundo dos terrenos. Rapoport (1972, p. 14) observa que “independentemente do sistema construtivo ser popularmente conhecido, a maioria das casas construídas com a técnica vernácula, utiliza profissionais em suas construções”. Ou seja, apesar de a maioria dos moradores ter domínio da técnica, existem aqueles que de fato são adobeiros, considerados os mestres da obra.

Atualmente, o adobe, quando é produzido no terreno do “cliente”, ou seja, onde será construída a casa, tem um valor inferior ao adobe produzido no terreno do mestre artífice, que varia de R\$ 0,60 a R\$ 1,00 real a unidade.

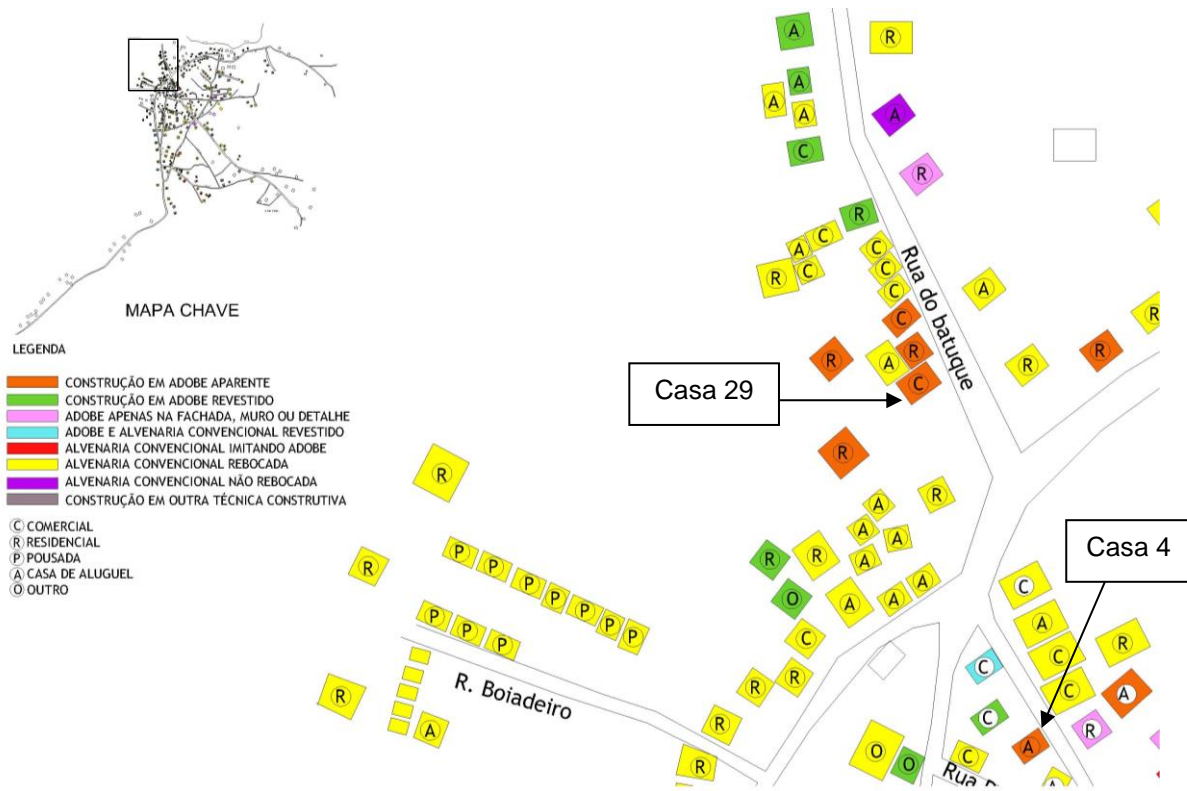
5.2 Levantamento das construções de Lapinha da Serra

Nesta etapa da pesquisa, foram levantados dados a partir de um questionário (Apêndice A), abordando uso da edificação, pavimentos do imóvel, técnica construtiva utilizada, sistema estrutural, tempo de existência do imóvel, tipo de telhado e observações consideradas relevantes para cada caso.

É importante ressaltar que, por não haver mapa oficial de Lapinha da Serra na Prefeitura de Santana do Riacho, até a data vigente, os mapas a seguir representados não corresponde ao tamanho real das construções, o que pode haver variações em relação às edificações existentes.

O Mapa 1 teve papel fundamental para norteamento no levantamento, servindo como base para a realização de uma visita em Lapinha da Serra, com a turma de 2017 da disciplina Tópicos em Técnicas Construtivas Vernáculas, com coordenação do professor Dr. Marco Antônio Penido de Rezende. Primeiramente, nessa visita, o mapa foi dividido em aproximadamente 15 áreas, sorteadas para grupos de duas a três pessoas, para possibilitar a análise de todo o vilarejo no tempo previsto.

Mapa 2 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Figura 16 – Casa recente construída em adobe aparente.



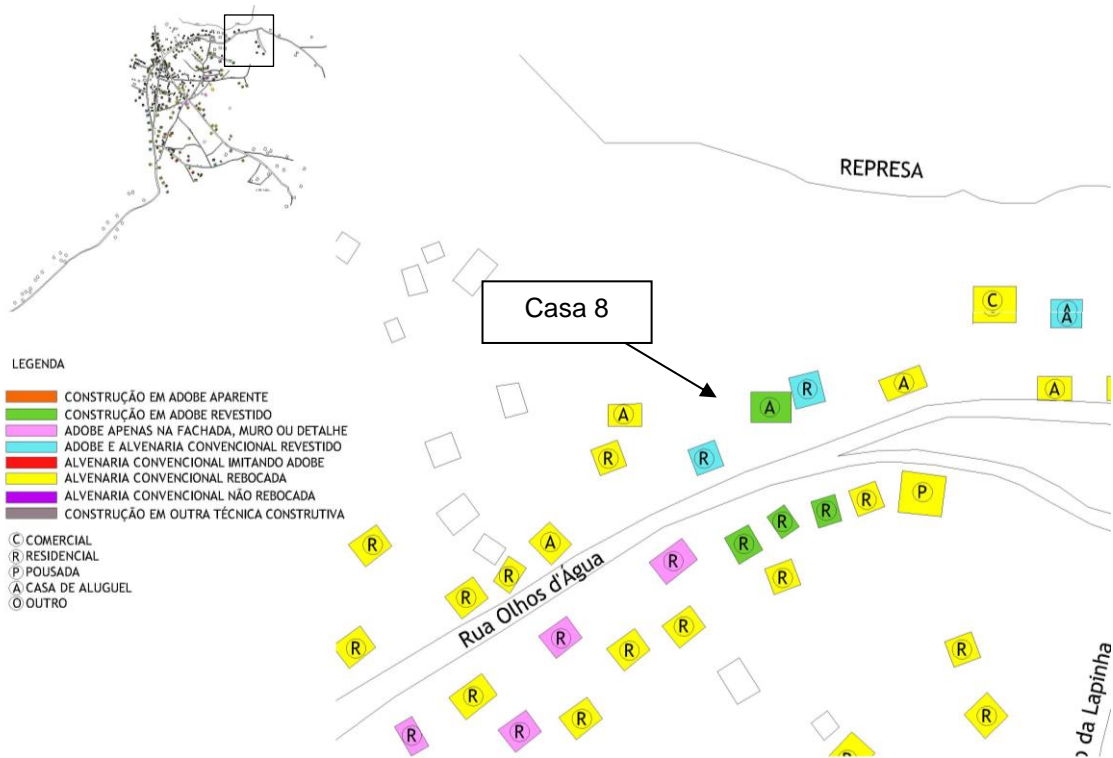
Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Figura 17 – Casa construída em adobe aparente.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Mapa 3 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



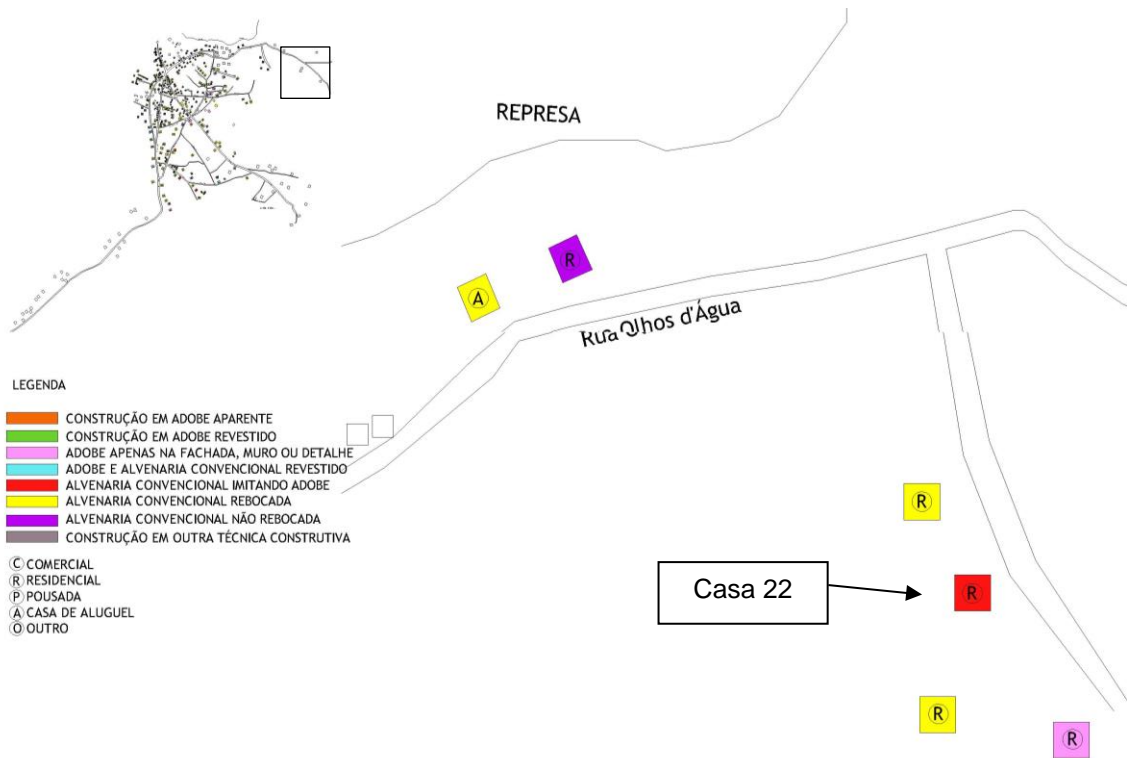
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Figura 18 – Casa em adobe construída no século XIX.



Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Mapa 4 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



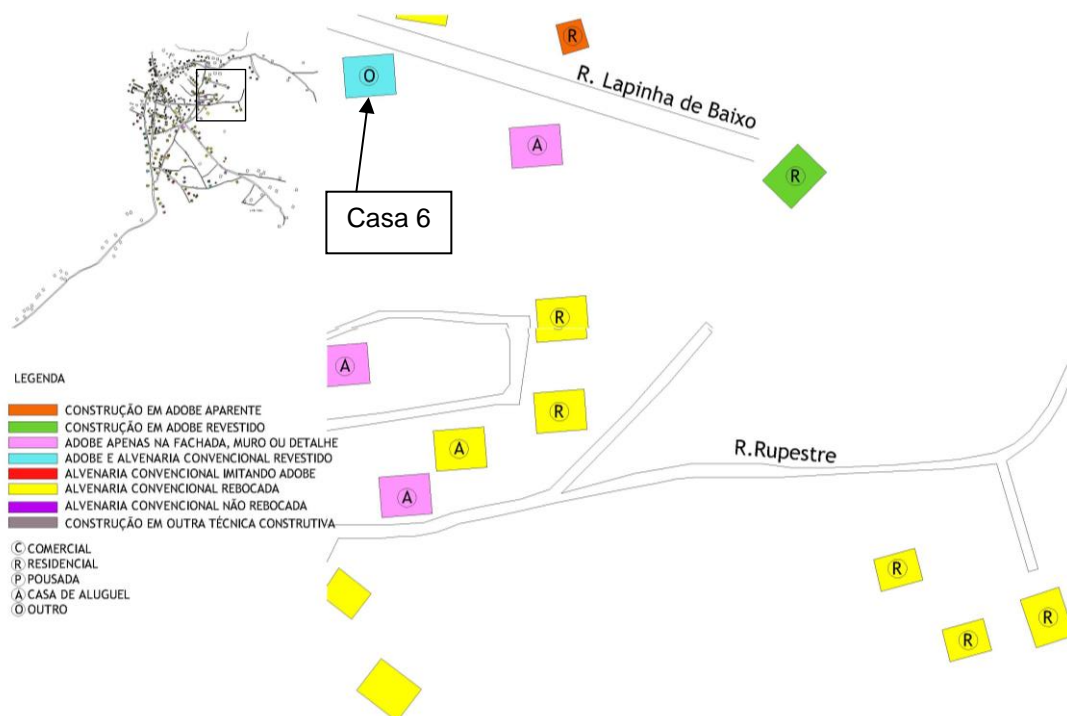
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 19 – Casa em alvenaria com o muro frontal imitando adobe.



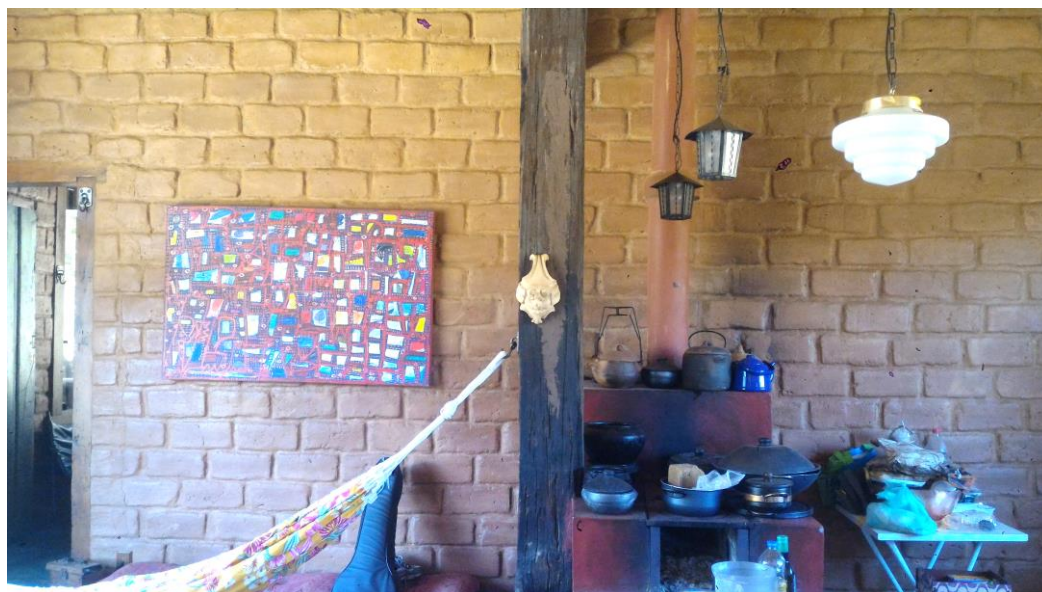
Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Mapa 5 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



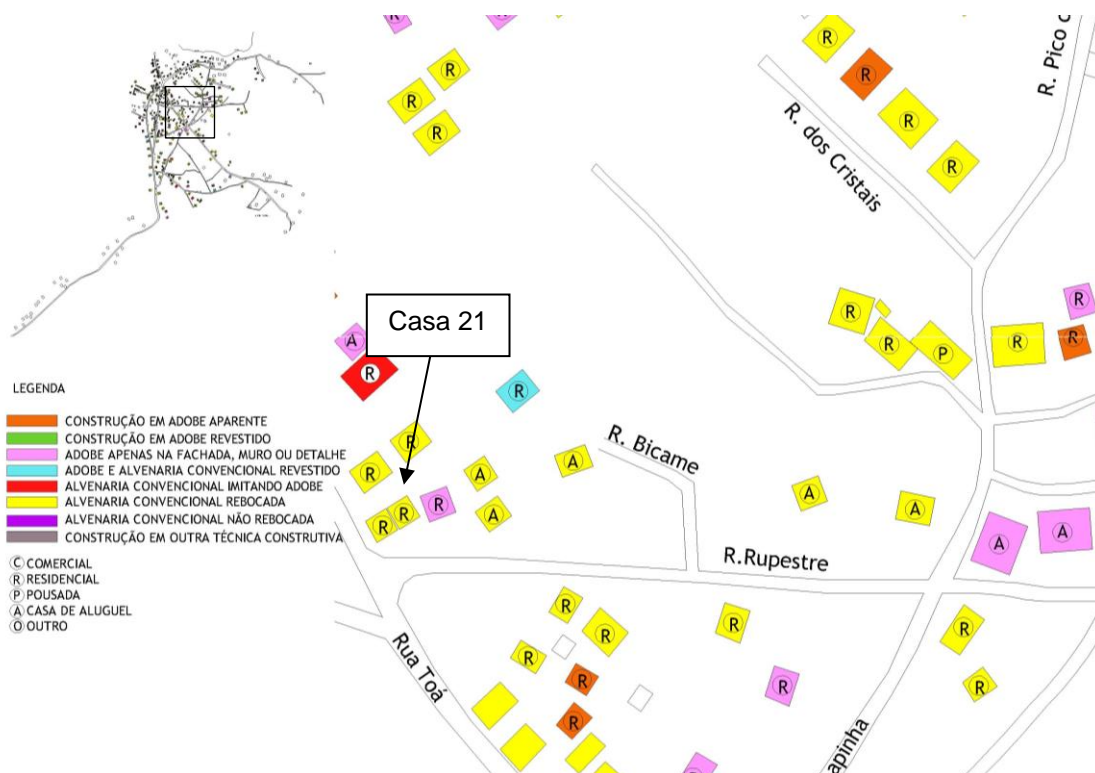
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 20 – Casa em alvenaria e adobe revestidos, porém nas paredes internas o adobe é aparente.



Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Mapa 6 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



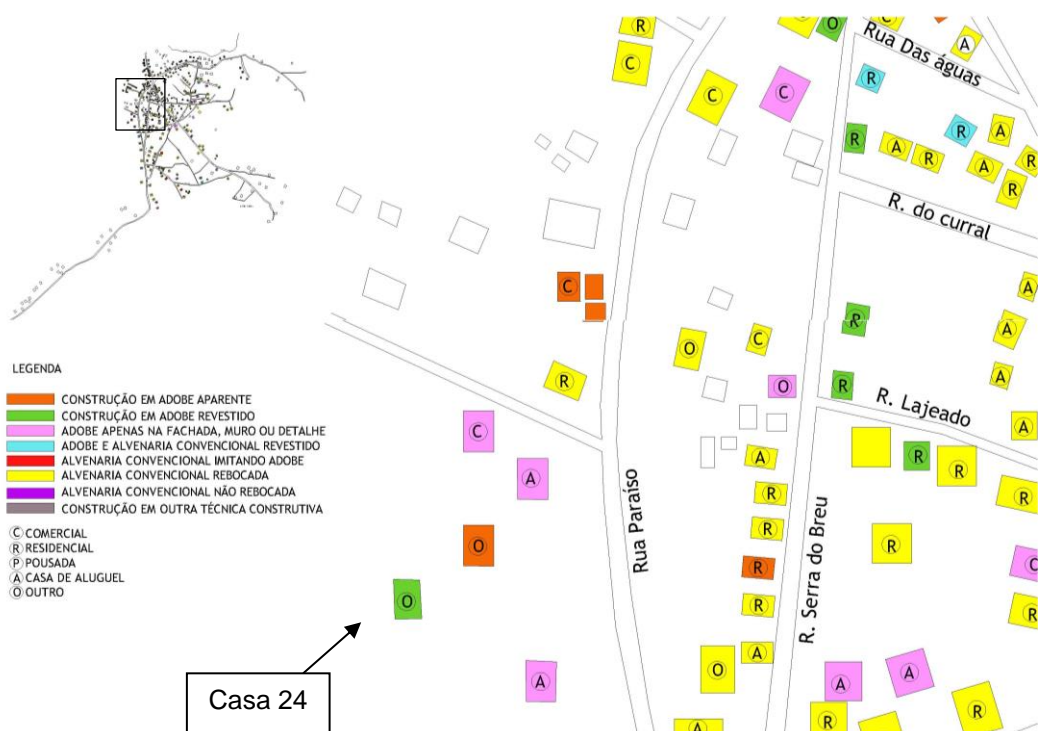
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 21 – Casa revestida em cor terrosa e apenas a mureta em adobe aparente.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Mapa 7 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



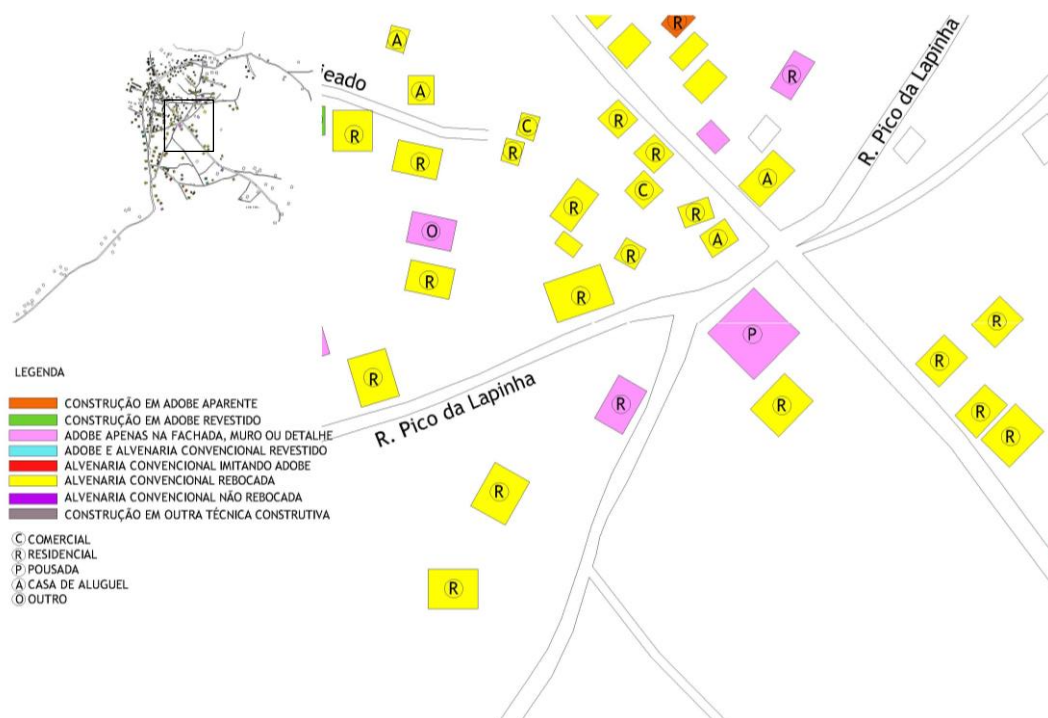
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 22 – Casa em adobe construída no século XVIII.



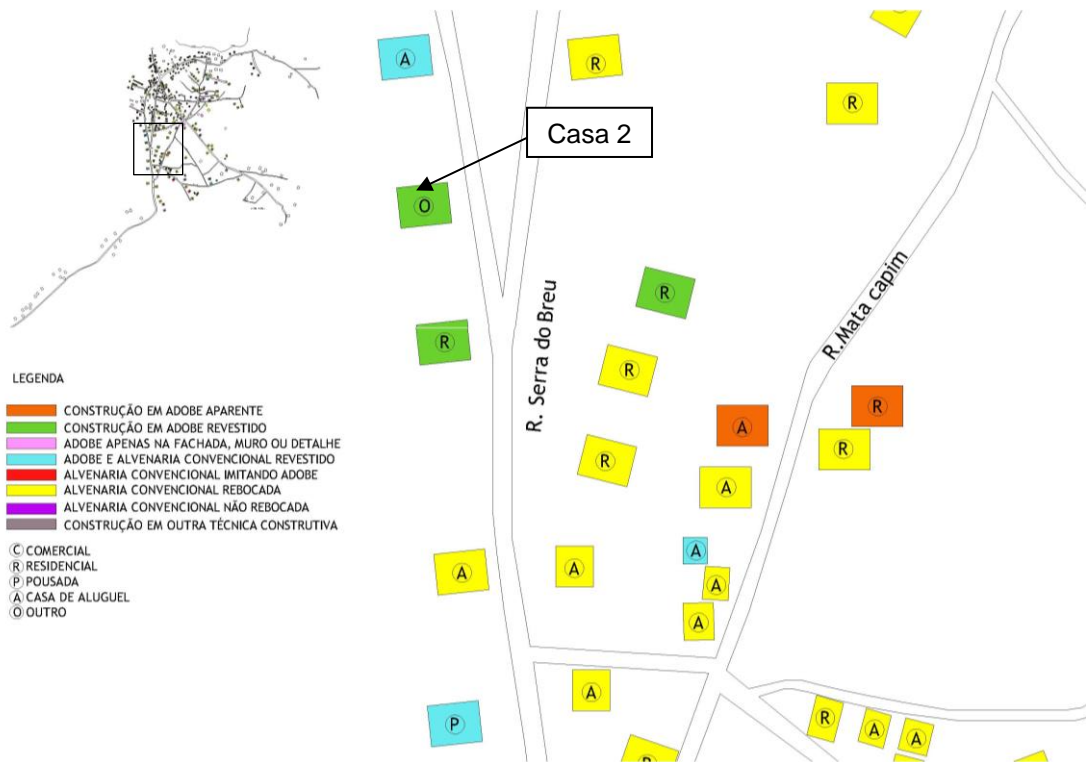
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Mapa 8 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Mapa 9 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



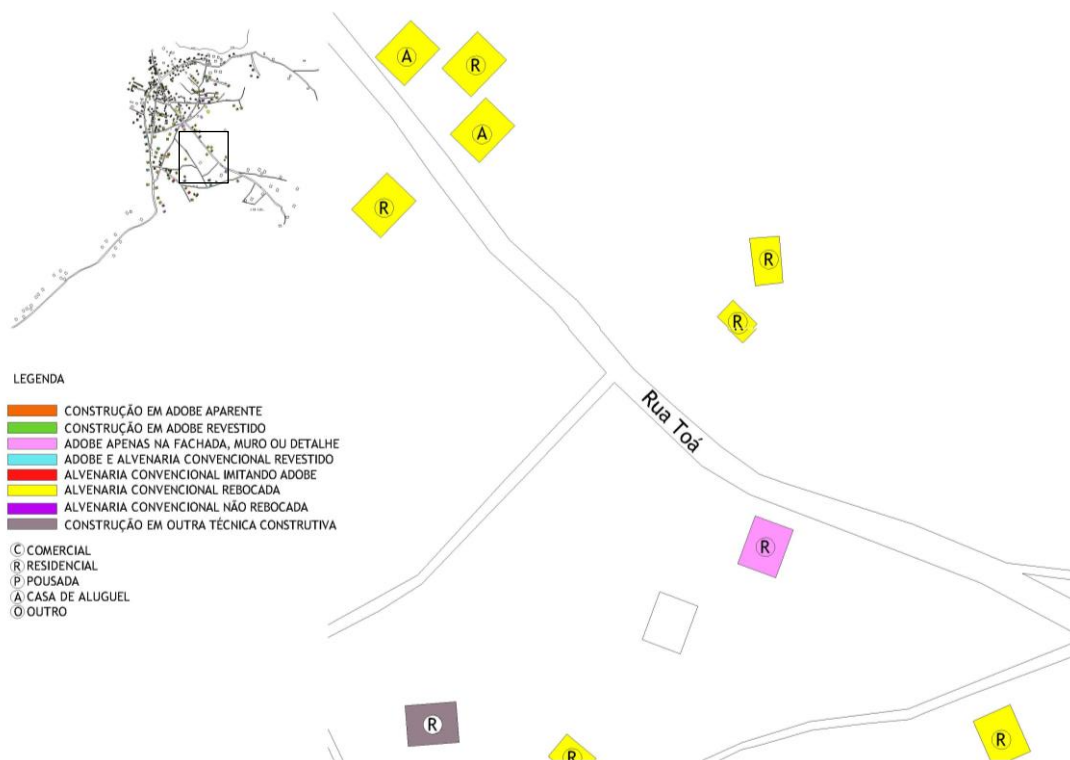
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 23 – Casa em adobe construída no século XIX.



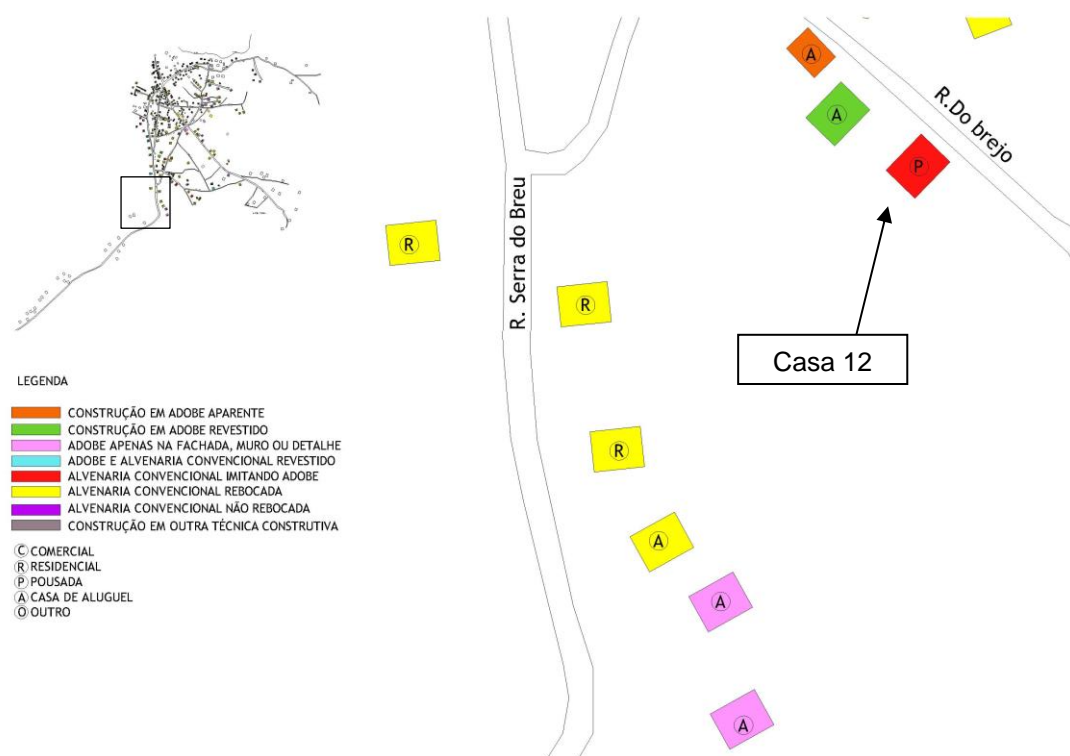
Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Mapa 10 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Mapa 11 – Levantamento parcial do vilarejo de Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, com base no Google Earth, 2017.

Figura 24 – Imitação de um muro de adobe feito com alvenaria e cimento.



Fonte: Alunos da disciplina de Arquitetura e Tecnologias Vernáculas, 2017.

Por meio do levantamento dos dados coletados na análise de cada casa, foram elaborados algumas tabelas e gráficos das construções existentes em Lapinha da Serra. A Tabela 1 revela o quantitativo de todas as construções levantadas e classificadas pelo seu material construtivo. Foram levantadas 317 construções no vilarejo de Lapinha da Serra, como representado no Gráfico 1, sendo 14% construídas em adobe, totalizando 43 casas, 11% de casa com apenas detalhes aparentes em adobe, 4% das casas com técnicas em alvenaria e adobe revestidos e 71%, totalizando 225 casas em construídas em alvenaria, conforme demonstrado no Gráfico 2.

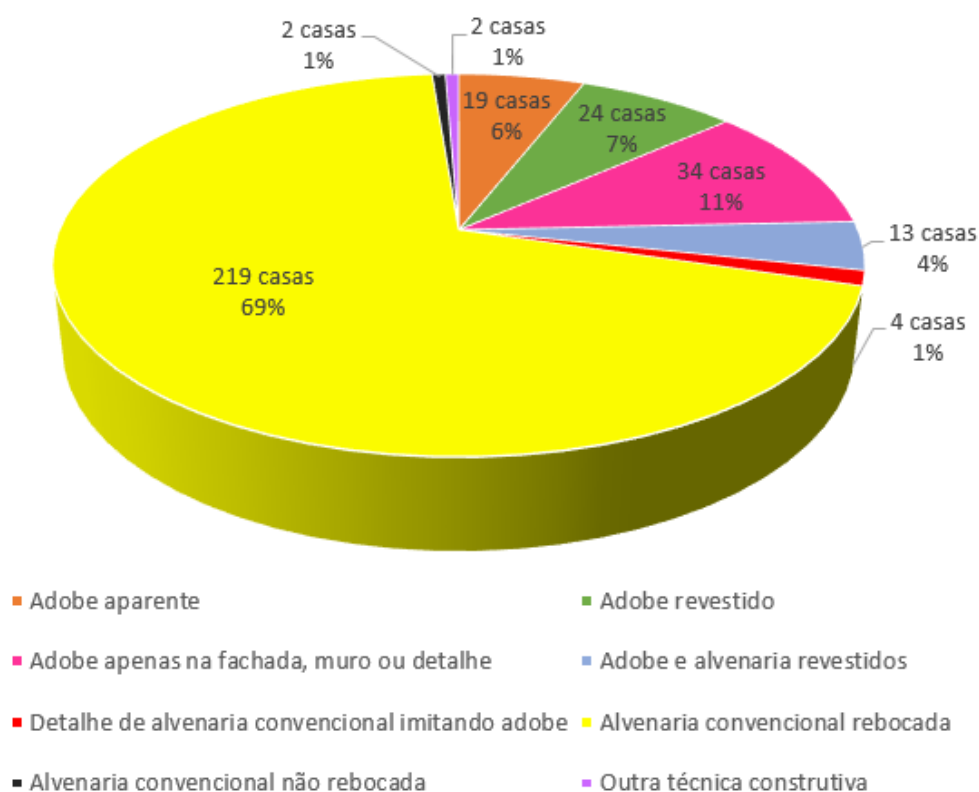
Foram analisadas 43 casas construídas em adobe, entre elas 56% em adobe revestido e 44% em adobe aparente, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Tabela 1 – Resultado do levantamento das edificações, de acordo com seu material construtivo.

Tipo	Quantidade de casas
Adobe aparente	19
Adobe revestido	24
Adobe apenas na fachada, muro ou detalhe	34
Adobe e alvenaria revestidos	13
Detalhe de alvenaria convencional imitando adobe	4
adobe	
Alvenaria convencional rebocada	219
Alvenaria convencional não rebocada	2
Outra técnica construtiva	2
Total	317 construções

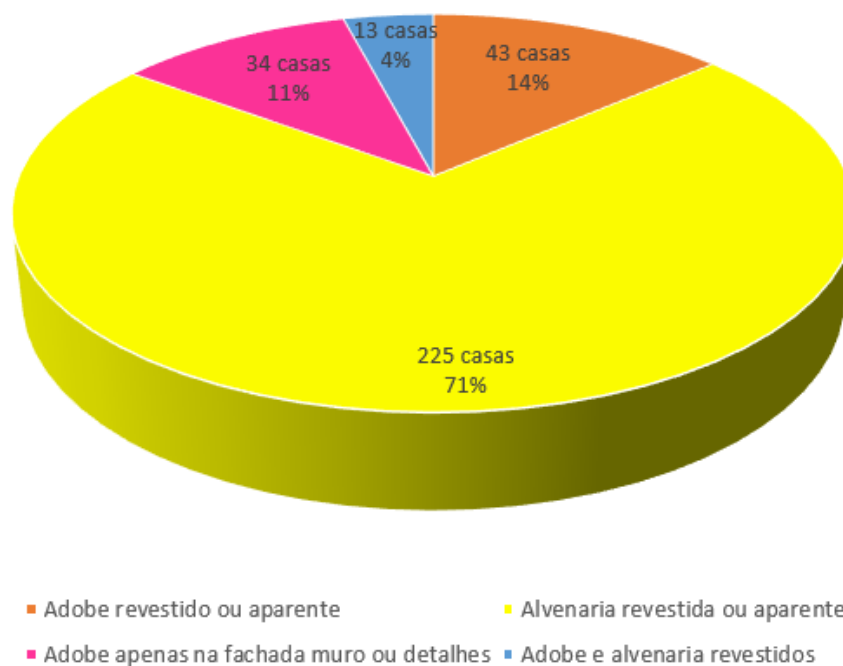
Fonte: Acervo pessoal da autora, com base nos mapas, 2018

Gráfico 1 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.



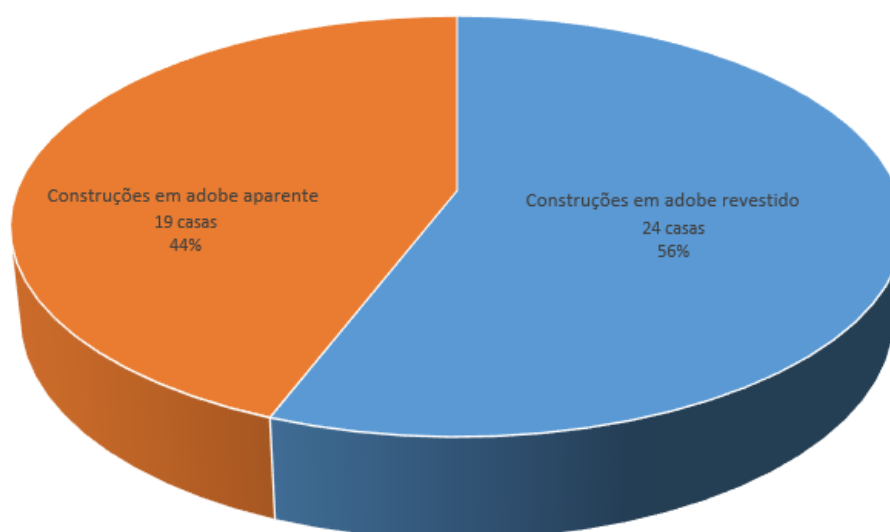
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Gráfico 2 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

Gráfico 3 – Análise das construções do vilarejo de Lapinha da Serra em relação ao material de construção.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

5.3 Resultados do levantamento de campo

Os estudos das técnicas construtivas vernáculas têm avançado bastante nas últimas décadas. A pesquisa se inicia de imediato, abordando os componentes materiais, passando pelo registro histórico, documental, atingindo a perspectiva imaterial (REZENDE e CASTRIOTA, 2011).

Quando falamos a respeito do registro das técnicas construtivas, compreendemos que esses dados são fundamentais para a preservação e a conservação da edificação. A alteração do elemento construtivo afeta diretamente no resultado dessa construção e em seu significado para as próximas gerações.

Como descreve Rezende e Castriota (2011, p. 323-324):

[...] compreender que mudar as técnicas em que o monumento foi construído significa mudar parte importante de sua própria constituição, o que terá significado irreversível para as próximas gerações. Além disso, trabalhar com as técnicas e materiais o mais próximo possível dos originalmente utilizados significa trabalhar com uma maior possibilidade de compatibilidade de materiais e técnicas, o que resultará em uma melhor, e mais segura, conservação do monumento.

Dessa forma, podemos analisar, como exemplo, a Capela Matriz de Lapinha da Serra, que foi construída em adobe, no século XVIII. Foi a primeira edificação do vilarejo, depois dela, as primeiras casas foram construídas ao seu redor. Trata-se de uma pequena capela situada na praça central de Lapinha da Serra, onde todos os eventos festivos e culturais acontecem, como representado na Figura 25. É uma edificação com forte significado no vilarejo e também o principal ponto de referência.

Figura 25 – Primeira capela.



Fonte: Bráulio Braga, 1996.

De acordo com relatos do morador 4¹¹, a capela sofreu três reformas e, em uma delas, houve a inserção de estrutura de concreto, como é possível observar na Figura 26.

¹¹ Relato concedido por morador 4. Entrevistador: Samara Luíza Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2018.

Figura 26 – Capela do século XVIII.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Assim, percebe-se certa incoerência da técnica de restauro, visto que a terra e sua composição não se aderem ao cimento. Conforme descrito na Carta sobre o património construído vernáculo (1999):

A conservação do património vernáculo deve ser executada por competências multidisciplinares, embora reconhecendo a inevitabilidade da mudança e do desenvolvimento, bem como a necessidade de ser respeitada a identidade cultural estabelecida. [...] O vernáculo abrange não só a forma e a fábrica física dos edifícios, das estruturas e dos espaços, mas também as formas pelas quais eles são usados e compreendidos, e as tradições e associações intangíveis que lhes estão associadas. (ICOMOS, 1999, p. 3)

Para a reparação e para o restauro das estruturas vernáculas, é fundamental a continuidade dos sistemas tradicionais de construção. “Tais competências devem ser retidas, registradas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação”. (ICOMOS, 1999, p. 3).

De certa forma, a construção de uma igreja matriz, ao lado da primeira edificação do vilarejo, como mostra a Figura 27, descaracteriza a paisagem cultural de Lapinha da Serra, contudo, revela o valor simbólico e sagrado que a primeira capela representa aos lapinhenses. Mesmo com a nova construção, a primeira capela do século XVIII foi mantida e atualmente é utilizada pelos moradores em ocasiões festivas. Atualmente, as missas acontecem na nova edificação, construída em alvenaria estrutural.

Figura 27 – Capela do século XVIII à esquerda e capela em alvenaria à direita.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Considerando a imagem representada das duas capelas na praça central, cada edificação com seu estilo, percebe-se que a Prefeitura de Santana do Riacho demonstra não apresentar uma gestão adequada para preservação do patrimônio, não havendo qualquer registro oficial e restauração apropriada da igreja matriz. De acordo com Rezende e Castriota (2011, p. 324):

Temos então que o primeiro registro e “arquivo” das técnicas construtivas históricas são as próprias construções históricas, desde que conservadas em sua integralidade. Entretanto, nem sempre estas técnicas podem ser [...] percebidas de forma imediata.

Assim, a primeira forma de registro encontrada em Lapinha são as próprias edificações. É fundamental pensarmos também nos mestres artífices e nas ferramentas de produção do adobe. Rezende e Castriota (2011, p. 325) abordam que “as ferramentas e os objetos auxiliares na produção têm importância crucial na memória da técnica, pois lembremos que a técnica não é o tijolo de ‘adobe’ ou qualquer um de seus produtos, mas a sua realização”. A Figura 28 mostra a principal ferramenta de trabalho dos mestres artífices em um local de produção em Lapinha da Serra.

Figura 28 – Forma de metal para produção de adobe em Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Em diversas visitas em Lapinha da Serra, foi possível presenciar o cotidiano dos mestres artífices e acompanhar a produção de adobe. O morador 5, que no momento estava trabalhando no fundo do quintal de sua propriedade, relata que a

técnica foi aprendida por ele por meio dos antepassados familiares e aperfeiçoada ao longo do tempo (informação oral)¹².

Como exemplo, cita-se o uso da forma de metal no lugar da forma de madeira, antigamente utilizada. A nova forma foi encomendada no distrito de Santana do Riacho e, segundo o produtor, ficou mais fácil desenformar a mistura. Desse modo, foi de grande importância esse depoimento, bem como presenciar o momento de produção do adobe. De acordo com Rezende e Castriota (2011, p. 326);

De qualquer forma, a própria conscientização da população em geral, e dos técnicos em particular, da importância histórica destes objetos, procurando ouvir a opinião de especialistas quando se colocarem diante de um possível exemplar, é um trabalho importante neste campo. [...] Identificados os componentes materiais das técnicas, descortina-se o seu maior desafio: o registro da técnica em si, um registro eminentemente material.

Portanto, os instrumentos de análise provêm de uma pesquisa *in loco* por meio do registro material, por meio da vivência com os mestres artífices, do registro da produção de adobe e do levantamento das edificações existentes, possibilitando uma maior compreensão da relação do adobe com o vilarejo.

Com o desenvolvimento da indústria da construção civil e a facilidade de acesso à Lapinha da Serra, percebemos a inserção de novos materiais construtivos. Foi observado entre os lapinhenses que, apesar de entenderem que o adobe faz parte da identidade local, alguns moradores valorizam mais construções com outras técnicas construtivas, nomeada por eles de “modernas”. Assim, afirmam ser o adobe uma técnica trabalhosa e mais cara.

Algumas construções mais recentes utilizaram-se de outras técnicas, como alvenaria, representadas na Figura 29. No intuito de preservar os traços da tradição construtiva do vilarejo, alguns moradores incorporam em suas edificações apenas o muro frontal e alguns detalhes internos em adobe aparente, conforme a Figura 30.

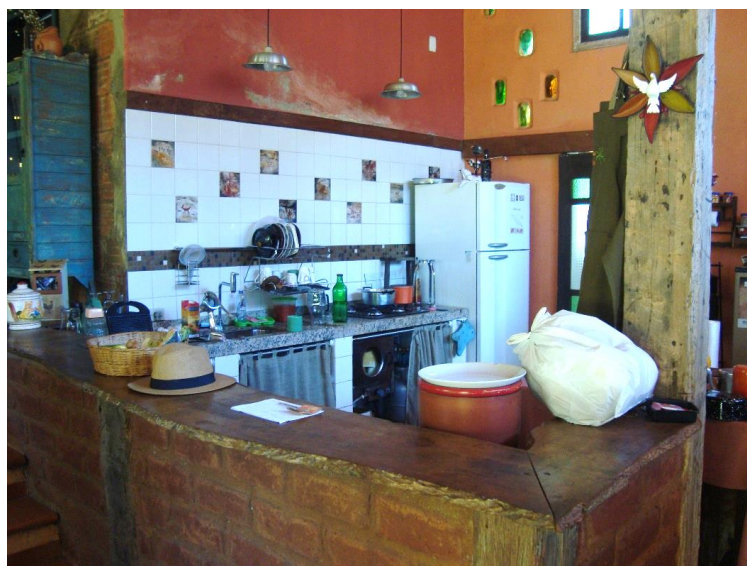
¹² Relato concedido por morador 5, produtor de adobe. Entrevistador: Samara Luíza Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2018.

Figura 29 – Casa em construção em alvenaria estrutural. Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Figura 30 – Casa em alvenaria estrutural, pintada em tons terrosos, com detalhes construtivos em adobe. Camping das bromélias, Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Durante visitas à Lapinha da Serra, observou-se em uma obra a presença de uma nova técnica na produção do adobe, conforme mostram as Figuras 31 e 32, em que o adobeiro mistura cimento ao solo de preparo do adobe. De acordo com o

produtor, essa mistura torna o adobe mais resistente à chuva, tornando-o mais durável ao “tempo” (informação verbal)¹³.

Figura 31 – Assentamento dos tijolos de adobe e cimento com argamassa e tijolos de adobe com cimento prontos para uso, Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Figura 32 – Casa construída com tijolos de adobe e cimento, Lapinha da Serra.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2018.

¹³ Relato concedido por morador 6, adobeiro e mestre de obras em Lapinha da Serra na Prefeitura de Santana do Riacho. Entrevistador: Samara Luíza Amâncio Braga, Lapinha da Serra, 2018.

Ao considerarmos as construções em adobe pelas ruas sem calçamento, as histórias dos moradores e a experiência dos mestres artífices, é possível perceber o significado e a importância delas na cultura regional. Podemos observar na Figura 33, a interação do homem com o meio natural, onde a natureza e a criação humana se articulam, formando a paisagem cultural em Lapinha da Serra.

Figura 33 – Trilha para chegada em lago da represa em Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Muitas edificações em adobe não são construídas com os cuidados necessários na execução, gerando patologias e rápida degradação do material, passando a impressão de o adobe ser um material debilitado.

No entanto, com o passar dos anos, a durabilidade do adobe já foi comprovada por meio de diversos exemplos que podem ser encontrados na arquitetura e como podemos analisar na Figura 34, na qual é possível encontrar em Lapinha da Serra diversas casas construídas em adobe do século XVIII.

Figura 34 – Casa em adobe do século XVIII, Lapinha da Serra – MG.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

As técnicas tradicionais, em geral, sofrem um processo rápido de desaparecimento. De acordo com Castriota (2012), se essa vai ser a tendência dominante, por outro lado existe uma contratendência às técnicas tradicionais como o reconhecimento do dever de preservação do patrimônio e a crescente conscientização ecológica, que têm levado à sua revalorização. Sobre as construções de terra, Weimer afirma;

Os arautos da industrialização desde longa data vêm procurando desqualificá-la como material de construção e, exatamente ao contrário, os graves problemas ecológicos criados pela industrialização é que estão ressuscitando as velhas técnicas de antanho – as quais têm se mostrado como as mais viáveis em um mundo ecologicamente equilibrado. (WEIMER, 2012, p. 250).

Assim, percebe-se o valor da técnica do adobe. Se a construção for bem executada – da produção do adobe à aplicação da impermeabilização – a técnica pode ser empregada sem restrições nas construções em Lapinha da Serra, garantindo a perpetuação da tradição.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a sustentabilidade tem sido estudada por arquitetos e profissionais da área da construção civil, por ser uma relação de ações e atividades do homem, que visam suprir as necessidades da civilização atual, sem prejudicar as próximas gerações.

Nas palavras de Teixeira (2005, p. 41):

As construções que utilizam a terra crua apresentam as seguintes vantagens: baixo custo, conhecimento das técnicas construtivas pelas comunidades tradicionais, facilidade em encontrar os materiais utilizados na própria região, além das climáticas e ecológicas, por se tratar de material biodegradável. Além disso, a sua construção incentiva o espírito comunitário, já que envolve a colaboração de amigos e vizinhos.

A técnica construtiva em terra é um recurso de fácil acesso. Weimer (2012, p. 251) descreve em seu livro que talvez a melhor qualidade de adobe “seja o fato de poder ser colhido no local – dispensando gastos de transporte – e, em caso de demolição, poder permanecer no local”. Não necessita ser destinado a algum depósito para decomposição, visto que, mesmo permanecendo séculos exposto às condições ambientais, a terra readquire suas condições e pode ser reaproveitada na agricultura.

A construção de adobe, com a utilização de terra e a produção local, é um recurso sustentável, principalmente se aplicado a regiões com baixo índice pluviométrico, como as aldeias erguidas há dois mil anos antes da pirâmide de Quéops, em Núbia, que se encontram em bom estado de conservação. Nesse exemplo, é notável a resistência da edificação com a arquitetura de terra, permanecendo ao tempo (WEIMER, 2012).

Durante quatro quintos da história do nosso país, a terra se constitui no material de construção mais importante. Seu emprego requer pouca energia em sua elaboração. [...] Terra é um material brando, que não requer altos investimentos para ser trabalhado. As próprias mãos são suficientes. É muito barato. Talvez por isso seja considerada de pouca qualidade. (WEIMER, 2012, p. 250).

Assim, a construção com adobe pode ser uma alternativa para quem busca um material que se enquadre nas questões ecológicas. De acordo com Souza (2006), o planejamento urbano praticado por cientistas sociais de forma forçada é diferente do praticado por arquitetos, pois os treinamentos, os olhares e as ênfases não são os mesmos.

Atualmente, existe um novo olhar sobre a arquitetura vernácula, um olhar de valorização da técnica, uma vez que contribui de forma efetiva em casos de restauro ou em situações de moradias com condições precárias, possibilitando melhoria na qualidade de vida, como escrito por Castriota (2012, p. 13):

Apesar desse processo hegemônico dos novos materiais e técnicas construtivas hoje em uso na construção civil, não se descarta o potencial de aplicação dos processos e técnicas construtivas tradicionais, tanto em obras de restauro, quanto na perspectiva de seu aproveitamento em locais e circunstâncias não alcançadas por avanços tecnológicos. Essa possibilidade, em vários casos, representa uma condição real de melhoria na qualidade de vida daquelas populações que se encontram fora dos eixos de atendimento do mercado formal.

O turismo ambiental e cultural, intensificado anualmente, pode se tornar um aliado à preservação da paisagem cultural ou um fator degradante. Com o crescimento do número de turistas, é preciso melhorar a infraestrutura e preservar as riquezas e os atrativos locais para que a visitação aconteça e se mantenha.

Espera-se que a preservação da paisagem cultural deva ter, além do caráter estético e embelezador, uma preocupação social com a população, que deve ser incluída nesse processo, visando à melhoria da qualidade de vida urbana e ao desenvolvimento econômico pelo turismo. Logo, é preciso valorizar a cultura, promovendo o fortalecimento da identidade local por meio do incentivo à preservação da técnica tradicional de construção em adobe e, especialmente, na continuidade entre gerações dos mestres construtores.

Nesta pesquisa, o registro da técnica do adobe por meio do levantamento das construções existentes, é uma fonte de conhecimento e preservação do saber fazer. O resultado da análise encontrado na atual situação em Lapinha da Serra é um possível declínio do uso da técnica em adobe no vilarejo. As demandas atuais,

somadas às opções construtivas, aos poucos têm substituído o adobe e as construções em terra.

Porém, atualmente, ainda são construídas novas edificações com a técnica vernácula, o que evidencia que o seu uso não foi interrompido. Também é importante ressaltar o valor simbólico do adobe em Lapinha, observado nos detalhes em adobe, nos muros, nas fachadas e decorações, além das imitações de adobe e pinturas remetendo a cor da terra, que revela em como a técnica está enraizada como tradição.

Em síntese, a terra, em algum momento, pode se demonstrar um material limitado na construção, porém, em Lapinha da Serra, sobretudo se acredita na preservação da tradição. Foi observado que os mestres artífices continuam a passar o conhecimento da técnica do adobe para suas próximas gerações, dessa forma, é possível que a técnica do adobe não se interrompa e se perpetue por meio das próximas gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**. Barcelona: Ariel Patrimonio Histórico, 1997.

BRAGA, Samara; DUTRA, Kelly. **A relação do turismo com o patrimônio cultural em Lapinha da Serra**. A influência na continuação da tecnologia do adobe. Belo Horizonte: ICOMOS, 2017.

BRUSADIN, Leandro Benedini. **História turismo e patrimônio cultural: O poder simbólico do Museu da inconfidência no imaginário social**. São Paulo: Editora Prismas, 2015.

CARTER, Thomas; CROMLEY, Elizabeth Collins. **Invitation to vernacular architecture: A guide to the study of ordinary buildings and landscapes**. United States of America: University of Tennessee Press, Knoxville, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Coord.). **Mestres Artífices de Minas Gerais**. Brasília: IPHAN, 2012. (Cadernos de Memória).

REZENDE, Marco Antônio Penido de; CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Arquitetura e documentação**. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Anablume, 2011.

CORBUSIER, Le. **O Modulor**. Tradução, introdução e notas: Marta Sequeira. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

COSTA, Lúcio. Documentação necessária (1937). In: RODRIGUES, FAZENDA, I. C. A. et al. **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

FERRÃO, André Munhoz de Argolo. O Potencial Turístico da Arquitetura Rural no Brasil. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos de. (Ed.). **O Turismo como vetor do Desenvolvimento Rural Sustentável – Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural**. Piracicaba: Fealq, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GLASSIE, Henry. **Material Culture**. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

GONTIJO, Bernardo Machado. **A Ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/ MG - O caso de Lapinha**. Brasília, D.F: Universidade de Brasília, Centro de desenvolvimento sustentável, 2003.

GUIMARÃES, Carlos M. A ocupação histórica da região de Santana do Riacho. **Arquivos do Museu de História Natural**. Belo Horizonte, UFMG, v. XII, tomo I, 1991.

ICOMOS. **Carta sobre o patrimônio construído vernáculo**. Disponível em: <<https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LOPES, Cristiana Gomes Ferreira. **Diferença e Conflito**: uma perspectiva teórica para análise do fenômeno do turismo a partir das transformações do/no modo de vida dos lapinhenses. Minas Gerais: UFMG, 2009.

MADEIRA, J.A., RIBEIRO, K.T., OLIVEIRA, M.J.R., NASCIMENTO, J.S. & PAIVA, C.L. **Distribuição espacial do esforço de pesquisa biológica na Serra do Cipó, Minas Gerais**: subsídios ao manejo das unidades de conservação da região Minas Gerais. **Megadiversidade 4**, 2008.

MATEUS, João Mascarenhas. **A questão da tradição**. História da construção e preservação do patrimônio arquitetônico. São Paulo: UNICAMP, 2013.

MENESES, José Newton Coelho. **Modos de fazer e a materialidade da cultura "imaterial"**: O caso do queijo artesanal de Minas Gerais. São Paulo: UNESP, 2009.

MINKE, G. **Manual de construccion em tierra**. Espanha: Editora Fin del Siglo, 1994.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno**: Arquitetura da segunda metade do século XX. 1. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2001

MOURA, Antonio Márcio Ferreira. Turismo Meio Ambiente e Espaço Rural. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. Contexto, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Heloisa G. O projeto de arquitetura como co-gestante do devir de um território: ocupação e transformação socio-espaciais na Serra do Cipó. FAU/USP, São Paulo, 2002.

OLIVER, Paul. **Built to meet needs. Cultural issues in vernacular architecture**. Oxford, Elsevier, 2006.

OLIVER, Pau. **Encyclopedia of Vernacular Architecture of the World**. Inglaterra: Cambridge University Press. 1997.

PROUS, André. As primeiras populações do Estado de Minas Gerais. In: TENÓRIO, M.C. (Org.). **Pré-História da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

RAPOPORT, Amós. **House, form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1969.

RAPOPORT, Amós. **Vivienda y cultura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.

REZENDE, Marco Antônio Penido de; CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura e documentação**. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Anablume, 2011.
REZENDE, Marco Antônio Penido de; LOPES, Wilsa Gomes Reis; CARVALHO, Ricardo Marinho de; VALE Jaqueline. **Arquitetura Vernácula Iberoamericana**. Sevilla: Graciela María Viñuales, 2013.

ROGERS, Richard; GUMUCHDJIAN, Philip. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gili Port, 2001.

SECRET, Meryle. **Frank Lloyd Wright: A Biography**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STROETER, João Rodolfo. **Arquitetura e Teorias**. São Paulo: Nobel, 1986.

TAKAMATSU, Patrícia Helena Turola. **Arquitetura Vernacular: Estudo de Caso Vila do Elesbão/Santana- AP**. Análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

TEIXEIRA, Claudia Mudado. **Origens e transformações da arquitetura vernácula do ciclo do ouro**. Espanha: Universidad de Valladolid, 2005.

UPTON, Dell. The Tradition of Change. **Traditional Dwellings and Settlements Review**, Berkeley: v. 5, n. 1, 1993.

VALE, Jaqueline Leite Ribeiro. **Análise do processo e cultura das construções em adobe no distrito de Vitoriano Veloso (Bichinho) – MG**. Belo Horizonte: Escola de arquitetura da UFMG, 2010.

VIANA, Ernesto da Cunha de Araújo. Varandas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 348, 1985. (Texto publicado originalmente no jornal A Notícia, em 1904).

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ZUNAZZI, Milton, Turismo Rural e Políticas Públicas. In: OLIVEIRA, Cássio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos de O. (Ed). **Turismo como vetor do Desenvolvimento Rural Sustentável** – Anais do 4º Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba: Fealq, 2003.

APÊNDICE
APÊNDICE A

edificação	
nome foto:	
endereço:	
uso x	
residencial	<input checked="" type="checkbox"/>
casa ou bangalo de aluguel	<input type="checkbox"/>
comercial	<input type="checkbox"/>
pousada	<input type="checkbox"/>
outro:	<input type="checkbox"/>
pavimento x	
1 pavimento	<input type="checkbox"/>
2 pavimentos	<input type="checkbox"/>
outro:	<input type="checkbox"/>
tecnica construtiva x	
adobe aparente	<input type="checkbox"/>
adobe revestido	<input type="checkbox"/>
adobe apenas na fachada frontal	<input type="checkbox"/>
adobe apenas no muro e/ou detalhe	<input type="checkbox"/>
adobe e alvenaria convencional	<input type="checkbox"/>
alvenaria convencional imitando adobe	<input type="checkbox"/>
alvenaria convencional rebocada	<input type="checkbox"/>
alvenaria convencional não rebocada	<input type="checkbox"/>
outra(s) técnica(s) com terra crua, qual(is)?	<input type="checkbox"/>
outro:	<input type="checkbox"/>
descrição:	
sistema estrutural x	
alvenaria autoportante	<input type="checkbox"/>
estrutura de concreto	<input type="checkbox"/>
estrutura de madeira	<input type="checkbox"/>
outro:	<input type="checkbox"/>
tempo existência x	
antiga	<input type="checkbox"/>
recente	<input type="checkbox"/>
antiga reformada	<input type="checkbox"/>
em construção	<input type="checkbox"/>
descrição:	
telhado x	
uma água	<input type="checkbox"/>
duas águas	<input type="checkbox"/>
três águas	<input type="checkbox"/>
quatro águas	<input type="checkbox"/>
mais que quatro águas	<input type="checkbox"/>
material:	<input type="checkbox"/>
descrição:	
observações	

ANEXOS

ANEXO A- CARTA SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO VERNÁCULO (1999)

ICOMOS- INTERNATIONAL CONCIL ON MONUMENTS AND SITES

Ratificada pela 12.^a Assembleia geral do ICOMOS, no México, em Outubro de 1999.

Tradução por António de Borja Araújo (2006)

INTRODUÇÃO

O património construído vernáculo ocupa um lugar central no afecto e no orgulho dos povos. Foi aceite como uma característica e como um produto atractivo da sociedade; ele surge informal, mas ainda assim ordeiramente. É utilitário e ao mesmo tempo possui interesse e beleza. É um foco da vida contemporânea e ao mesmo tempo um registo da história da sociedade. Apesar de ser o trabalho do homem, também é uma criação do tempo. Seria indigno do património do homem se não fosse prestada atenção à conservação destas harmonias tradicionais que constituem o núcleo da própria existência do homem.

O património construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.

A construção vernácula é a forma tradicional e natural pela qual as comunidades habitavam. É um processo contínuo que inclui as necessárias modificações e adaptações contínuas como resposta às restrições sociais e ambientais. A sobrevivência desta tradição está mundialmente ameaçada pelas forças da homogeneização económica, cultural e arquitectónica. Como se podem deter essas forças é um problema fundamental que deve ser abordado pelas comunidades e, também, pelos governos, pelos planeadores, pelos arquitectos, pelos conservacionistas e por grupos multidisciplinares de especialistas.

Em consequência da homogeneização da cultura e da transformação socio-económica, as estruturas vernáculas são extremamente vulneráveis em todo o mundo, enfrentando sérios problemas de obsolescência, de equilíbrio interno e de integração.

É, portanto, necessário estabelecerem-se princípios para o tratamento e para a protecção do nosso património construído vernáculo, para além da Carta de Veneza.

QUESTÕES GERAIS

1. Os exemplos do vernáculo podem ser reconhecidos por :

- a) uma maneira de construir partilhada pela comunidade;
- b) um carácter local ou regional reconhecível;
- c) coerência no estilo, na forma ou na aparência, ou o uso de tipos de construção tradicionalmente estabelecidos;
- d) sabedoria tradicional no projecto e na construção, que é transmitida informalmente;
- e) uma resposta efectiva às restrições funcionais, sociais e ambientais;
- f) a aplicação efectiva de sistemas e de ofícios de construção tradicionais.

2. A apreciação e a protecção com sucesso do património vernáculo depende do envolvimento e do apoio da comunidade, da continuidade do seu uso e da sua manutenção.

3. Os governos e as autoridades responsáveis devem reconhecer o direito que todas as comunidades têm de manterem as suas tradições de vida, de as proteger através de todos os meios legislativos, administrativos e financeiros disponíveis, e de as passar para as futuras gerações.

PRINCÍPIOS DA CONSERVAÇÃO

1. A conservação do património vernáculo deve ser executada por competências multidisciplinares, embora reconhecendo a inevitabilidade da mudança e do desenvolvimento, bem como a necessidade de ser respeitada a identidade cultural estabelecida.

2. O trabalho actual em edifícios, grupos e povoados vernáculos deve respeitar os respectivos valores culturais e o seu carácter tradicional.
3. Frequentemente, o vernáculo é representado apenas por estruturas únicas, e é melhor conservado pela manutenção e pela preservação de grupos de edificações e de povoados com um carácter representativo, região por região.
4. O património vernáculo edificado é uma parte integral da paisagem cultural, e este relacionamento deve ser tomado em consideração no desenvolvimento das abordagens de conservação.
5. O vernáculo abrange não só a forma e a fábrica física dos edifícios, das estruturas e dos espaços, mas também as formas pelas quais eles são usados e compreendidos, e as tradições e associações intangíveis que lhes estão associadas.

LINHAS DE ORIENTAÇÃO PRÁTICA

1. Investigação e documentação

Qualquer trabalho físico sobre um edifício, ou sobre uma estrutura vernácula, deve ser cuidadoso e deve ser precedido por uma análise completa da sua forma e da sua estrutura. Este documento deve ser conservado num arquivo acessível ao público.

2. Localização, paisagem e grupos de edifícios

As intervenções sobre estruturas vernáculas devem ser executadas de uma forma que respeite e mantenha a integridade da localização, do relacionamento com a paisagem física e cultural, e das diversas estruturas entre si.

3. Sistemas tradicionais de construção

A continuidade dos sistemas tradicionais de construção e das competências artesanais associadas com o vernáculo é fundamental para a expressão vernácula, e é essencial para a reparação e para o restauro destas estruturas. Tais competências devem ser retidas, registadas e passadas para as novas gerações de artesãos e de construtores, através da educação e da formação.

4. Substituição de materiais e de partes

As alterações que respondem legitimamente às solicitações do uso actual devem ser efectuadas pela introdução de materiais que mantenham a consistência da expressão, da aparência, da textura e da forma de toda a estrutura, bem como a consistência dos materiais de construção.

5. Adaptação

A adaptação, e o novo uso, das estruturas vernáculas deve ser executada de forma que respeite a integridade da estrutura, o seu carácter e a sua forma sendo, ao mesmo tempo, compatível com padrões de vida aceitáveis. Onde não houver quebra na continuidade de utilização das formas vernáculas, um código de ética próprio da comunidade pode servir como ferramenta de intervenção.

6. Alterações e restauro de época

Devem ser apreciadas e compreendidas as alterações ao longo do tempo como sendo aspectos importantes da arquitectura vernácula. Normalmente, não deve ser objectivo dos trabalhos sobre estruturas vernáculas procurar-se a conformidade de todas as partes com um único período.

7. Formação

Para se conservarem os valores culturais de expressão vernácula, os governos, as autoridades responsáveis, os grupos e as organizações devem dar relevo ao seguinte :

- a) Programas de educação para conservadores sobre os princípios do vernáculo.
- b) Programas de formação para apoiar as comunidades na manutenção dos sistemas, materiais e competências artesanais tradicionais de construção.
- c) Programas de informação que aumentem a consciência pública sobre o vernáculo, especialmente entre a geração mais nova.
- d) Redes regionais sobre arquitectura vernácula, para troca de competências e de experiências.

CIAV Comité Internacional da Arquitetura Vernácula

Madrid, 30 de Janeiro de 1996.

Jerusalém, 28 de Março de 1996.

Mikkeli, 26 de Fevereiro de 1998.

Santo Domingo, 26 de Agosto de 1998.

ICOMOS : Estocolmo, 10 de Setembro de 1998.

ANEXO B- RECOMENDAÇÃO PARA A SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR

15 de Novembro de 1989

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 16 de Novembro de 1989, por ocasião da sua 25.^a sessão,

1. Resolução aprovada na 32.^a sessão plenária, a 15 de Novembro de 1989.

Considerando que a cultura tradicional e popular integra o património universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os diferentes povos e grupos sociais e de afirmação da sua identidade cultural,

Constatando a sua importância social, económica, cultural e política, o seu papel na história de um povo e o seu lugar na cultura contemporânea,

Sublinhando a natureza específica e a importância da cultura tradicional e popular enquanto parte integrante do património cultural e da cultura viva,

Reconhecendo a extrema fragilidade de certas formas de cultura tradicional e popular, particularmente a dos aspectos que relevam das tradições orais e o risco de que estes possam perder-se,

Sublinhando a necessidade de reconhecer em todos os países o papel da cultura tradicional e popular e o perigo que corre em resultado de múltiplos factores,

Considerando que os governos deveriam desempenhar um papel decisivo na salvaguarda da cultura tradicional e popular e actuar com a maior celeridade possível, Tendo decidido, na sua 24.^a sessão, que a “salvaguarda do folclore” deveria ser objeto de uma recomendação aos Estados membros, nos termos do disposto no artigo IV, parágrafo 4, do Acto constitutivo,

Adopta a seguinte recomendação a 15 de Novembro de 1989.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros a aplicação das seguintes disposições relativas à salvaguarda da cultura tradicional e popular, através da adopção de medidas legislativas ou de outra índole que sejam consideradas necessárias, em conformidade com as práticas constitucionais de cada Estado, com vista a que os princípios e medidas definidos na presente recomendação produzam efeitos nos seus territórios.

A Conferência Geral recomenda aos Estados membros a divulgação da presente Recomendação às autoridades, serviços ou organismos com competências na resolução de problemas colocados pela salvaguarda da cultura tradicional e popular, assim como a sua divulgação junto das diversas organizações ou instituições com actuação em matéria da cultura tradicional e popular, e o incentivo de contactos com as organizações internacionais adequadas que se ocupam da sua salvaguarda

A Conferência Geral recomenda que, nas datas e nos modos por si determinados, os Estados Membros submetam à Organização relatórios sobre os resultados decorrentes da adopção adoptadas desta recomendação.

A. Definição de cultura tradicional e popular

Atendendo à presente Recomendação:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressão da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitectura e outras artes.

B. Identificação da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, enquanto expressão cultural, deve ser salvaguardada para e pelo grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico, etc.) cuja identidade exprime. Para o efeito, os Estados membros deveriam fomentar, a nível nacional, regional e internacional, pesquisas adequadas com vista a:

- a) Estabelecer um inventário nacional das instituições que se ocupam da cultura tradicional e popular, para fins da sua inclusão nos registos regionais e mundiais de instituições desta ordem;
- b) Criar sistemas de identificação e registo (recolha, indexação, transcrição) de informação, ou desenvolver sistemas já existentes através de manuais, guias de procedimentos de recolha, catálogos-tipo, etc., tendo em consideração a necessidade de uniformizar os sistemas de classificação utilizados por diferentes instituições;
- c) Estimular a criação de uma tipologia normalizada da cultura tradicional e popular mediante a elaboração de:
 - (i) um esquema geral de classificação da cultura tradicional e popular, com o objetivo de fornecer orientações a nível mundial;
 - (ii) um registo pormenorizado da cultura tradicional e popular;
 - (iii) classificações regionais da cultura tradicional e popular, especialmente através de projectos-piloto desenvolvidos no terreno.

C. Conservação da cultura tradicional e popular

A conservação respeita à documentação relativa às tradições que relevam da cultura tradicional e popular, e tem por objectivo que, em caso de interrupção ou evolução dessas tradições, os investigadores e os detentores da tradição possam dispor de dados que lhes permitam compreender o processo de transformação da tradição.

Ainda que a cultura tradicional e popular viva, dado o seu carácter evolutivo, nem sempre possa ser directamente protegida, aquela que tenha sido objecto de documentação através de suportes materiais deverá ser protegida eficazmente. Para este fim deveriam os Estados membros:

- a) Estabelecer arquivos nacionais, com vista à adequada conservação e disponibilização dos suportes documentais relativos à cultura tradicional e popular;

- b) Estabelecer uma unidade arquivística central nacional para fins de prestação de determinados serviços (indexação central, divulgação de informação relativa aos suportes documentais materiais da cultura tradicional e popular e às normas a ela aplicáveis, incluindo sobre a sua conservação);
- c) Criar museus ou secções dedicadas à cultura tradicional e popular nos museus existentes onde esta possa ser objecto de exposição;
- d) Privilegiar as formas de apresentação das culturas tradicionais e populares que valorizem os testemunhos vivos ou passados dessa cultura (contextos territoriais, modos de vida e as competências, técnicas e artefactos que tenham produzido);
- e) Harmonizar os métodos de recolha e arquivamento de dados;
- f) Promover uma formação abrangente a colectores, arquivistas, documentalistas e outros especialistas em conservação da cultura tradicional, da conservação física à análise de dados;
- g) Fornecer meios com vista à realização de cópias de segurança e de trabalho dos suportes documentais da cultura tradicional e popular, bem como a realização de cópias destinadas às instituições regionais, assim garantindo à comunidade cultural implicada o acesso aos materiais recolhidos.

D. Preservação da cultura tradicional e popular

A preservação respeita a protecção das tradições que relevam da cultura tradicional e popular e dos seus detentores, na consideração que cada povo detém direitos sobre a sua própria cultura e de que sua adesão a essa cultura pode enfraquecer-se por influência da cultura industrializada difundida através dos meios de comunicação. De igual modo devem ser adoptadas medidas para garantir o estatuto e apoio económico das tradições que relevam da cultura tradicional e popular, tanto no interior como no exterior das comunidades a que respeitam. Para este fim, deveriam os Estados-Membros:

- a) Elaborar e introduzir nos programas de estudo, quer escolar quer não escolar, o ensino da cultura tradicional e popular de forma adequada, em particular destacando o respeito por esta no sentido mais lato possível e tendo em conta não apenas as culturas campestinas ou das comunidades rurais, mas também as que, sendo criadas em meios urbanos por diversos grupos sociais, profissionais, institucionais, etc.,

favorecem uma melhor compreensão da diversidade de culturas e de visões do mundo, em particular as que não participam da cultura dominante;

b) Garantir às diversas comunidades culturais o direito de acesso à sua própria cultura tradicional e popular, apoiando as suas actividades em matéria de documentação, arquivo, investigação, etc., bem como a prática das tradições;

c) Constituir um Conselho nacional sobre a cultura tradicional e popular, de base interdisciplinar, ou um organismo coordenador de carácter análogo no qual se encontrem representados os diversos grupos de interessados;

d) Apoiar moral e financeiramente os particulares e as instituições que promovam o estudo, a divulgação e fomentem ou sejam detentores de elementos da cultura tradicional e popular;

e) Promover a investigação científica com vista à salvaguarda da cultura tradicional e popular.

E. Divulgação da cultura tradicional e popular

As populações deveriam ser sensibilizadas relativamente à importância da cultura tradicional e popular enquanto elemento de identidade cultural. Com vista a promover a tomada de consciência sobre o valor da cultura tradicional e popular e da necessidade da sua preservação, é essencial proceder a divulgação alargada dos elementos que constituem esse património cultural. Contudo, por ocasião de tal divulgação, deve evitar-se qualquer deformação com vista a salvaguardar a integridade das tradições.

Para promover uma divulgação adequada, deveriam os Estados membros:

a) Incentivar a organização, à escala nacional, regional ou internacional, de eventos como feiras, festivais, filmes, exposições, seminários, colóquios, oficinas, estágios, congressos e outros, apoiando a divulgação e publicação dos respectivos materiais, documentos e outros resultados desses eventos;

b) Incentivar uma maior divulgação da informação relativa à cultura tradicional e popular por parte da imprensa, dos editores, da televisão, da rádio e de outros meios de comunicação nacionais e regionais, por exemplo, através de subvenções com vista à criação de postos de trabalho para especialistas em cultura tradicional e popular nestas unidades, ao arquivamento e à divulgação adequados das informações

recolhidas sobre a cultura tradicional e popular pelos meios de comunicação, e da criação de departamentos de programas sobre a cultura tradicional e popular no âmbito destes organismos;

c) Incentivar as regiões, os municípios, as associações e outros grupos com actuação no âmbito da cultura tradicional popular para a criação de postos de trabalho a tempo inteiro destinados para especialistas sobre a cultura tradicional e popular, responsáveis pela criação e coordenação de actividades sobre esta na respectiva região;

d) Apoiar os serviços existentes de produção de materiais educativos (por exemplo registos vídeo realizados a partir das últimas recolhas efectuadas no terreno), bem como a criação de novos serviços, e incentivar a utilização desses materiais em escolas, museus sobre cultura tradicional e popular, exposições e festivais, nacionais e internacionais, sobre cultura tradicional e popular;

e) Fornecer informações adequadas sobre a cultura tradicional e popular através de centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, bem como através de boletins e publicações periódicas especializadas sobre a cultura tradicional e popular;

f) Promover a realização de reuniões e intercâmbios entre pessoas, grupos e instituições com actuação no âmbito da cultura tradicional e popular, quer a nível nacional quer internacional, tendo em conta os acordos culturais bilaterais;

g) Incentivar a comunidade científica internacional a adoptar um código de ética adequado à aproximação e ao respeito pelas culturas tradicionais.

F. Protecção da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, na medida que é constitutiva de manifestações de criatividade intelectual, individual ou colectiva, merece protecção análoga à que se confere às produções intelectuais. Tal protecção da cultura tradicional e popular revelasse como meio indispensável para o melhor desenvolvimento, perpetuação e difusão deste património, quer no país como no estrangeiro, sem prejuízo dos legítimos interesses nele implicados.

Para além dos aspectos de “propriedade intelectual” relativos à “protecção das expressões de folclore”, existem várias categorias de direitos que constituem já objeto de protecção e devem continuar a sê-lo futuramente nos centros de documentação e

serviços de arquivo consagrados à cultura tradicional e popular. Para esse efeito, deveriam os Estados Membros:

a) No que respeita aos aspectos de “propriedade intelectual” - apelar à atenção das autoridades competentes sobre os importantes trabalhos realizados pela UNESCO e pela OMPI no domínio da propriedade intelectual, reconhecendo simultaneamente que estes trabalhos se referem exclusivamente a um dos aspectos da protecção da cultura tradicional e popular e que se impõe a adopção urgente de medidas específicas para a salvaguarda da cultura tradicional e popular;

b) No que respeita aos demais direitos envolvidos:

i) Proteger o informante enquanto detentor da tradição (protecção da vida privada e do carácter confidencial da informação);

ii) Proteger os interesses dos colectores, assegurando para que os materiais recolhidos sejam conservados em arquivos, em bom estado e de forma racional;

iii) Adoptar as medidas necessárias com vista à protecção dos materiais recolhidos contra o uso indevido, quer seja ou não intencional;

iv) Reconhecer aos serviços de arquivo a responsabilidade por assegurar a utilização dos materiais recolhidos;

G. Cooperação internacional

Tendo em conta a necessidade de intensificar a cooperação e os intercâmbios culturais, designadamente mediante a partilha de recursos humanos e materiais, com vista à realização de programas de desenvolvimento da cultura tradicional e popular com o fim da sua revitalização, bem como de trabalhos de investigação realizados por especialistas de um Estado membros noutro Estado membros, deveriam os Estados membros:

a) Cooperar com as associações, instituições e organizações internacionais e regionais com actuação no âmbito da cultura tradicional e popular;

b) Cooperar nos domínios do conhecimento, da divulgação e da protecção da cultura tradicional e popular, designadamente através:

(i) Do intercâmbio de todo o género de informações e de publicações científicas e técnicas,

- (ii) Da formação de especialistas, da concessão de subsídios de viagem e de envio de pessoal e de equipamento científico e técnico,
- (iii) Da promoção de projectos bilaterais ou multilaterais no domínio da documentação relativa à cultura tradicional e popular contemporânea,
- (iv) Da organização de encontros de especialistas, de estágios de investigação e de grupos de trabalho sobre temas específicos, em particular sobre a classificação e catalogação de dados e expressões da cultura tradicional e popular, bem como sobre os actuais métodos e técnicas de investigação;
- c) Cooperar estreitamente com vista a assegurar, no plano internacional, o gozo dos direitos pecuniários, morais conexos, decorrentes da investigação, da criação, da composição, da interpretação, da gravação e/ou da difusão da cultura tradicional e popular, por parte dos seus diversos titulares (comunidades ou pessoas físicas e jurídicas);
- d) Garantir o direito de cada Estado a obter cópia de todos documentos, registos vídeo, filmes e outros materiais produzidos por outros Estados membros que aí tenham realizado trabalhos de investigação;
- e) Se abster de todos os actos susceptíveis de degradação dos suportes materiais da cultura tradicional e popular, de diminuição do seu valor ou de impedir a sua divulgação e utilização, independentemente de tais suportes materiais se encontrem no seu território de origem ou no território de outros Estados;
- f) Adoptar as medidas necessárias para a salvaguarda da cultura tradicional e popular contra todos os riscos humanos ou naturais aos quais se encontra exposta, incluindo os decorrentes de conflitos armados, de ocupação de territórios ou de qualquer outra perturbação da ordem pública.

Tradução:

Departamento de Património Imaterial / Instituto dos Museus e da Conservação, 2010